

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA PAULA BRITO MACIEL

Representação no Brasil: congruência política entre eleitores e parlamentares
do PT, PMDB e PSDB

Maringá/PR
2018

ANA PAULA BRITO MACIEL

Representação no Brasil: congruência política entre eleitores e parlamentares
do PT, PMDB e PSDB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Celene Tonella

Coorientador: Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes

Maringá
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

M152r Maciel, Ana Paula Brito
Representação no Brasil : congruência política
entre eleitores e parlamentares do PT, PMDB e PSDB /
Ana Paula Brito Maciel. - Maringá, PR, 2018.
64 f. : figs., tabs.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Celene Tonella.
Coorientador: Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. Representação política - Brasil. 2.
Congruência política. 3. Parlamentares. 4.
Eleitores. I. Tonella, Celene, orient. II. Gimenes,
Éder Rodrigo, coorient. III. Universidade Estadual
de Maringá. Centro de Ciências da Saúde. Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDD 23.ed. 320.981

Gláucia Volponi de Souza CRB-9/948

ANA PAULA BRITO MACIEL

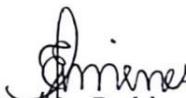
**Representação no Brasil: congruência política entre eleitores e parlamentares
do PT, PMDB e PSDB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



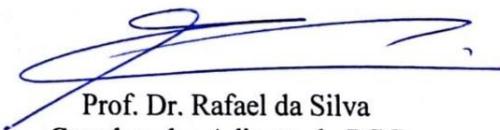
Prof.^a Dr.^a Celene Tonella
Universidade Estadual de Maringá – UEM (Presidente)



Prof. Dr. Hder Rodrigo Gimenes
Universidade Estadual de Maringá – (Co-orientador)



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Rafael da Silva
Coordenador Adjunto do PGC

Aprovada em: 06 de março de 2018

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

*Dedico aos meus pais,
João Aurélio e Maria Célia,
por todo incentivo, apoio e carinho.*

*Dedico à minha florzinha, Vó Maria
sinônimo de amor e resiliência.*

AGRADECIMENTOS

A execução desta pesquisa não seria possível sem o amparo de muitos. Eu agradeço imensamente a cada um de vocês que contribuíram direta ou indiretamente.

Agradeço a Deus, por me dar forças, saúde e perseverança;

À professora Celene Tonella, minha orientadora desde o início da minha graduação e a quem devo muito da minha trajetória acadêmica.

Ao professor Éder Gimenes, por todo incentivo, paciência e zelosa orientação;

Aos professores que fizeram parte da minha formação desde o início;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial à Carla Almeida e ao Ednaldo Ribeiro;

Aos colegas integrantes do Núcleo de Pesquisas em Participação Política, por todas as contribuições;

À equipe do PROCAD, projeto que possibilitou a realização de uma missão discente que foi de tamanha contribuição para a pesquisa. Agradeço especialmente aos professores Yan Carreirão e Julian Borba pelo apoio durante a missão de estudos;

À CAPES, que fomentou a execução do trabalho;

Aos secretários Júnior e Denise, sempre prestativos e dispostos a ajudar;

Aos colegas do curso, especialmente Liége, Wilian, Larissa e Anderson, grandes amigos, parceiros de trabalho e de cafezinhos;

Aos meus amigos de Maringá, que tiveram paciência e compreensão comigo durante esse processo: Bruna, Karina, Márcia, Tamara, Ítalo, Tiago e tantos outros;

Ao Edson, que foi companheiro e incentivador durante grande parte desse processo;

À Cris e ao Polaco, que sempre me trataram como filha;

Aos meus pais, João Aurélio e Maria Célia, que sempre me incentivaram e me deram todo suporte necessário. Agradeço muito por compreenderem e se orgulharem do trabalho que escolhi fazer;

À minha irmã, Aninha, grande motivadora, amiga e quem sempre me deu forças;

Aos meus queridos avós, João e Célia, por todo apoio e carinho;

A todos que de alguma maneira me incentivaram a realizar este trabalho;

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação”.

Simone de Beauvoir

Representação no Brasil: Congruência política entre eleitores e parlamentares do PT, PMDB e PSDB.

RESUMO

Considerando a importância do avanço de pesquisas que verifiquem a correspondência entre representantes e representados no Brasil, esta dissertação visa contribuir com tal campo de estudo, propondo uma análise de congruência política que identifique em que medida os parlamentares dos três partidos mais expressivos nacionalmente - PT, PMDB e PSDB - representam ideologicamente os seus eleitores. As bases de dados utilizadas para o estudo foram produzidas através de *surveys* aplicados aos parlamentares do Congresso Nacional por meio da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) em 2013 e pelos dados de opinião pública decorrentes do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) em 2014, caracterizando-se, portanto, em uma investigação do período que corresponde à 54ª legislatura (2011-2014). A pesquisa permeia-se na observação das tendências centrais de posicionamentos em uma escala Esquerda-Direita e com relação à temas específicos de cunho pós-materialista como aborto, casamento homossexual e meio ambiente *versus* economia. O conjunto de análises identificou que a maioria dos temas tendem a apresentar uma alta congruência entre os parlamentares e seus respectivos eleitores dos partidos políticos supracitados.

Palavras-chave: Representação. Congruência política. Parlamentares. Eleitores.

Representation in Brazil: Political congruence among voters and parliamentarians of PT, PMDB and PSDB.

ABSTRACT

Considering the importance of the investigations advancement that verifies the correspondence among representatives and represented in Brazil, this thesis aims to contribute with the study field by proposing an analysis that verifies to what extent there is political congruence among parliamentarians and Brazilian citizens, with the purpose of identifying to what extent the parliamentarians of the three nationally most significant parties – PT, PMDB and PSDB – represent ideologically its voters. The database used for the analysis were generated by surveys applied to the National Congress parliamentarians by Brazilian Legislative Survey (PLB) in 2013 e by the data of public opinion resulted from the project Latin American Public Opinion Project (LAPOP) in 2014, characterizing, therefore, in an analysis of political congruence among parliamentarians and voters of the period corresponding to the 54th legislature (2011-2014). This research builds up based on the observation of the central tendencies of positioning in a scale Left – Right and regarding post-materialist and specifics themes as abortion, homosexual marriage and environment versus economy. The series of analysis have identified that the majority of the themes tend to present a high congruence among parliamentarians and its respective voters of the above mentioned parties.

Keywords: Representation. Political congruence. Parliamentarians. Voters

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resultado dos primeiros turnos de eleições presidenciais no Brasil.....	27
Tabela 2. Frequência de respostas por partidos políticos.....	39
Tabela 3. Média do posicionamento ideológico (parlamentares).....	42
Tabela 4. Média do posicionamento ideológico (parlamentares e eleitores).....	44
Tabela 7. Posicionamento médio dos parlamentares com relação ao aborto.....	48
Tabela 8. Posicionamento dos eleitores com relação ao aborto.....	49
Tabela 9. Posicionamento dos parlamentares sobre o casamento homossexual.....	51
Tabela 10. Posicionamento médio dos parlamentares com relação ao meio ambiente.....	51
Tabela 11. Posicionamento dos parlamentares com relação a meio ambiente.....	54
Tabela 12. Posicionamento dos eleitores com relação a meio ambiente.....	55
Tabela 13. Congruência entre parlamentares e eleitores.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Frequência de respostas por partido político.....	39
Gráfico 2. Média do posicionamento ideológico (parlamentares).....	43
Gráfico 3. Autoposicionamento ideológico dos parlamentares e eleitores.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Partidos selecionados.....	28
Quadro 2. Ideologias “clássicas” e “novas” ideologia.....	34
Quadro 3. Divergência em relação a “novos” temas.....	35
Quadro 4. Questões de auto posicionamento ideológico.....	40
Quadro 5. Questões de temas específicos.....	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Dimensões de esquerda-direita.....	33
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

DEM - Democratas

LAIPOP - *Latin American Public Project*

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PLB – Pesquisa Legislativa Brasileira

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REPRESENTAÇÃO E CONGRUÊNCIA POLÍTICA	16
2.1 CONCEITUANDO E MEDINDO CONGRUÊNCIA POLÍTICA	18
3. OS PARTIDOS POLÍTICOS MAIS EXPRESSIVOS: PT, PMDB E PSDB	24
3.1 CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS SELECIONADOS	32
4. CONGRUÊNCIA POLÍTICA ENTRE PARLAMENTARES E ELEITORES DO PT, PMDB e PSDB	37
4.1. METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	37
4.2 POSICIONAMENTO DOS PARLAMENTARES E ELEITORES EM UMA ESCALA ESQUERDA-DIREITA	42
4.3 POSICIONAMENTO DOS PARLAMENTARES E ELEITORES COM RELAÇÃO A TEMAS ESPECÍFICOS	47
4.3.1 ABORTO	47
4.3.2 CASAMENTO HOMOSSEXUAL.....	50
4.3.3 MEIO AMBIENTE	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6. REFERÊNCIAS	60

1. INTRODUÇÃO

Os estudos empíricos de representação são relevantes por constatarem em que medida os cidadãos e seus representantes concordam no que tange aos posicionamentos políticos e ideológicos. A importância deve-se ao fato de que em uma democracia representativa há a expectativa de que os interesses, opiniões e preferências dos cidadãos sejam, de alguma maneira, contemplados pelos representantes eleitos.

Carreirão (2013) mapeou toda a literatura existente sobre análises empíricas de representação política e identificou que no Brasil, apesar de termos consideráveis estudos que avaliam normativamente a representação política, poucos até então tiveram como foco as instituições mais formais da democracia representativa, analisando especificamente o grau em que o Legislativo brasileiro representa o eleitorado. Considerando a relevância do avanço de estudos que verifiquem a correlação entre representantes e representados no Brasil, a presente pesquisa tem como propósito colaborar com estudos empíricos que analisam o grau de congruência política entre parlamentares do legislativo federal e cidadãos.

Os partidos políticos têm, no processo de representação, uma importância fundamental para o tipo de investigação proposto. É possível, dentro dos estudos de congruência, verificar se os partidos representam ideologicamente os seus eleitores e se há conformidade nos posicionamentos em relação a políticas públicas específicas (CARREIRÃO, 2014a). No sistema político brasileiro, a análise de representação política não pode ser entendida sem os partidos políticos, considerando que são organizações através das quais os eleitores canalizam suas demandas (SARTORI, 1976).

O foco principal da pesquisa é verificar a congruência entre as posições dos parlamentares com relação ao que se espera dos partidos mais expressivos do nosso sistema político, sendo eles o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A averiguação da congruência ideológica que há entre os parlamentares e os partidos intentam em temas específicos como a proibição do aborto, o direito ao casamento entre casais homossexuais e defesa do meio ambiente *versus* desenvolvimento econômico, com o objetivo de identificar se há coerência entre a forma que se posicionam e como seus partidos são localizados na literatura.

Como abordagem adotamos a noção de representação como congruência entre as preferências dos eleitores e dos representantes políticos. É importante reconhecermos teórica e metodologicamente até que ponto os resultados da análise são de fato um indicativo de representação ou se são apenas coincidências, uma vez que trabalhamos dados não

generalizáveis. Apresentaremos os dados de opinião pública e dos *surveys* aplicados aos parlamentares para a realização de um cotejamento com objetivo ensaístico, ao qual pretendemos discorrer sobre as aproximações.

O texto está dividido em três partes: a primeira delinea a conceituação de representação e congruência política, além de expor alguns trabalhos significativos já realizados e seus respectivos métodos. Na segunda apresentamos como se estruturou o nosso sistema partidário, justificando a escolha dos três partidos para a pesquisa, além de apresentarmos como os mesmos estão localizados no espectro ideológico pela literatura especializada. A terceira e última traz a apresentação dos dados para análise de congruência entre os parlamentares dos partidos políticos e como os eleitores se posicionam no banco de dados de opinião pública.

2. REPRESENTAÇÃO E CONGRUÊNCIA POLÍTICA

A ideia de democracia surgiu na Grécia antiga, onde as decisões da *pólis* eram tomadas pelos “cidadãos” por meio da participação direta em assembleias, significando então o “governo do povo”. A representação política foi adotada como uma doutrina essencial para a democracia moderna, sendo um meio de democratizar os governos e na busca de aplicar a igualdade política. Surgiu como uma solução à prática democrática nos Estados nacionais modernos que - devido às grandes extensões territoriais - não poderiam executar o mesmo modelo de democracia direta que as cidades-estado da Grécia antiga (DAHL, 2012). O conceito e aplicabilidade de representação política tem sido expressamente discutido dentro da teoria política desde clássicos até os contemporâneos. Dois autores são fundamentais para a compreensão da teoria democrática contemporânea: Joseph Schumpeter e Robert Dahl.

Joseph Schumpeter (1984) destaca-se por se opor à doutrina clássica de democracia, criticando a racionalidade dos atores sociais e a vontade popular, através da máxima de que “o povo, como povo, não pode jamais governar ou dirigir realmente”. (SCHUMPETER, 1984, p. 301). O autor defende que o governo não deve ser conduzido conforme as vontades do povo, pois o mesmo não tem conhecimento político suficiente para tomar decisões importantes, sendo assim, basta que elejam lideranças que representem suas vozes e que tais lideranças sejam formadas por um grupo pequeno denominado como elite política. Dessa maneira, o autor defende que o papel dos cidadãos na democracia é unicamente eleger os governantes e isso basta para que haja igualdade política. Na visão schumpeteriana, características como a concorrência, o voto livre e a política como profissão seriam suficientes para o estabelecimento de uma democracia.

Contrariamente, Dahl (1997) tem uma visão mais pluralista da sociedade, defendendo a participação política e que o poder deve ser descentralizado e composto por um governo de múltiplas minorias que amplie a contestação pública e a participação. Para o autor, quanto mais houver competição pelo poder, mais plural e mais avançada é uma sociedade. O atual regime político democrático é nomeado por Dahl como poliarquia, sendo um tipo ideal mais próximo da realidade existente.

Ambos teóricos identificam os estratos de governantes e governados, sendo concepções realistas e que reconhecem a importância das eleições para a manutenção de um regime democrático. Tais vertentes, embora com suas diferenças, contribuem para os estudos contemporâneos sobre democracia e embasam novas concepções acerca do tema.

Os estudos de representação política exploram os principais aspectos do conceito e sua relação com a democracia, sendo um dos debates mais expressivos dentro da teoria política contemporânea. Existe um amplo debate teórico normativo em torno do conceito de representação política, tanto no contexto internacional quanto no brasileiro.

Pitkin (1967) discute o conceito de representação e seus paradoxos, propondo a representação como um arranjo institucional público e que a conceituação deve estar centrada nas intenções e atos dos indivíduos, sendo, portanto, uma atividade social. Nesse sentido, o aperfeiçoamento da democracia representativa deve incluir a participação dos cidadãos para além do voto, ou seja, não deve reduzir as esferas de decisões apenas para os representantes. O conceito de representação construído por Pitkin está no “agir substantivo”, enfatizando duas dimensões: a equivalência recíproca entre representante e representado e a exigência de que o representado deve estar de alguma maneira presente. Sendo assim, para a autora é importante que haja reciprocidade, definindo representação como *responsividade* do representante às preferências dos representados.

Alguns autores consideram que a representação e a democracia possuem a mesma origem, tal como defende Urbinati (2006), ao alegar que a democracia representativa não deve ser vista como menos democrática que a democracia direta, visto que a efetuação de uma democracia direta não garante que todos tenham voz, podendo ser uma participação passiva apesar da presença. A autora defende que a representação democrática é um modo de participação política que pode ativar uma variedade de formas de controle e supervisão dos cidadãos, sendo um processo circular entre as práticas sociais e as instituições estatais. O representante precisa ser constantemente recriado, na busca de uma harmonia contínua com a sociedade para aprovar leis legítimas. Segundo a autora, a democracia representativa não exclui a participação, de outro modo considera-se como na uma das possibilidades de participação que pode ativar uma variedade de formas de controle e de supervisão por parte dos cidadãos.

Uma teoria da democracia representativa marca o início da política como “uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo” (URBINATI, 2006, p. 193). Com isso, a autorização eleitoral é essencial para determinar os limites e a responsabilidade política, entretanto apesar das eleições esboçarem a representação não significa que elas produzam um governo efetivamente representativo.

O controle dos eleitores sobre as decisões dos políticos tem sido ineficaz na maioria das democracias existentes. O poder do voto nas eleições é o instrumento do cidadão de "controlar" as decisões, porém não é possível o controle de milhares de metas com apenas um instrumento,

diante disso as eleições não são meios suficientes para que os cidadãos possam assegurar que os governantes buscarão, de fato, maximizar seu bem-estar (MANIN, B; PRZEWORSKI, A; STOKES, S. 2006).

De acordo com Carreirão (2014a), a literatura tem mostrado a importância de vínculos programáticos e ideológicos entre representantes e cidadãos para uma efetiva *accountability*¹ e até mesmo para a confiança dos cidadãos no sistema. Otero-Felipe e Zepeda-Rodríguez (2010) afirmam que os estudos sobre representação política verificam em torno de qual eixo os regimes políticos democráticos giram, sendo duas as abordagens teóricas predominantes: a análise de representação por meio de eleições e a análise empírica que verifica em que medida os políticos correspondem às preferências dos cidadãos, chamada de congruência política.

De acordo com Converse e Pierce (1986), comparar a preferência das elites políticas e dos cidadãos é uma questão central nos estudos de representação, pois através das análises podemos observar em que medida os representantes consideram as opiniões e preferências daqueles que representam. Destarte, congruência não pode ser considerada como sinônimo de representação, embora uma maior ou menor correspondência entre as opiniões dos cidadãos e seus representantes sejam um indicador de *responsividade* dos governos às demandas dos governados.

Embora tenhamos diversos estudos teórico-normativos que debatam a respeito da democracia representativa, as discussões normalmente voltam-se para a problemática de que os eleitores/cidadãos nem sempre são efetivamente representados pelos partidos políticos e parlamentares eleitos. Apesar do interesse desse tipo de trabalho ser levantado nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, Otero-Felipe e Zepeda-Rodríguez (2010) ponderam que poucos estudos de representação política conceituados como congruência foram desenvolvidos com foco na região da América Latina. Diferentes fatores ajudam a explicar essa circunstância, tais como o processo de consolidação democrática ser recente, períodos de instabilidade partidária e, especialmente, a ausência de evidências empíricas até recentemente.

2.1 CONCEITUANDO E MEDINDO CONGRUÊNCIA POLÍTICA

Os resultados das análises sobre congruência dependem de como os pesquisadores a medem e a conceituam. Nos últimos 50 anos, os Estados Unidos e países europeus produziram uma ampla literatura sobre representação política por meio do eixo de análise empírica

¹ O conceito de *accountability* foi destacado pela brasileira Ana Maria Campos no artigo publicado em 1988 “*Public service accountability: a comparative perspective*” ao qual ela debate sobre a dificuldade de traduzir o termo. O *accountability* refere-se às ações de pressão e fiscalização da sociedade sobre os representantes.

designado como “congruência política”. Carreirão (2014a) salienta que o termo aludido abrange todos os estudos que visam a identificação da coerência entre as preferências dos cidadãos com relação às dos parlamentares, políticas aprovadas pelo Legislativo ou implementadas pelo Executivo e posições dos partidos sobre políticas públicas, com base em seus manifestos.

Em grande parte dos estudos sobre representação política, o primeiro apontamento para uma boa representação é se os políticos eleitos agem de acordo com as preferências do seu eleitorado. Em estudos transversais, esse critério é chamado *policy congruence*, *issue congruence* ou *ideological congruence*, ao qual também englobam o debate sobre quais sistemas eleitorais - majoritários ou de representação proporcional - produzem maior congruência (ANDEWEG, 2011).

O primeiro estudo relevante sobre congruência política foi realizado por Miller e Stokes (1963), na qual o enfoque da análise foi a congruência entre representantes individuais e seus eleitores em cada distrito americano. Um estudo posterior, realizado por Weissberg (1978), criticou o modo pelo qual Miller e Stokes desenvolveram a análise, apontando que se tratava de “representação diática” (*one legislator and one constituency*) e propôs uma análise que nomeia como “representação coletiva”. Dessa maneira, os resultados seriam mais significativos, pois mesmo que um parlamentar não represente bem o eleitorado de um distrito, o conjunto de parlamentares poderia representar bem o país.

Segundo Otero-Felipe e Zepeda-Rodríguez (2010), os estudos de congruência podem ser realizados por duas abordagens diferentes, mas complementares. De um lado, Weissberg (1978) propôs uma medida global destas ligações, comparando a média das posições de emissão de todos os representantes em uma legislatura com a média de todo o eleitorado, sendo um estudo de congruência do ponto de vista coletivo, sejam eles parlamentares ou governos. Por outro lado, se a abordagem for de um ponto de vista individual - a chamada correspondência “diática” - as posições dos legisladores em relação aos seus eleitores são analisadas. Os autores assumem que, quanto à formação de políticas públicas, existe uma diferença considerável entre as preferências de opinião pública e as diferentes políticas que são, de fato, implementadas. Nesse sentido, apesar de reconhecermos a existência dos processos interativos entre as elites políticas e os cidadãos, há o foco na análise do grau de congruência ideológica entre partidos e seus eleitores de diversos países em um momento específico do tempo.

Estudos posteriores aos de Miller e Stokes (1963) empenharam-se em analisar a relação entre mudança na opinião pública e mudanças nas políticas públicas. Page e Shapiro (1983) analisaram dois *surveys* que demonstravam a opinião dos cidadãos sobre uma questão

específica e os relacionaram com as mudanças na opinião pública e nas políticas governamentais dos Estados Unidos, além de examinarem se, nos casos que havia congruência, era a opinião pública que influenciava a política ou vice-versa.

Chris Achen (1977; 1978) desenvolveu um conjunto de medidas para operacionalizar o conceito de representação, como uma alternativa para usar a correção entre as preferências de elites e cidadãos. O autor apresenta três maneiras de medir a representação: 1) proximidade, que se refere à convergência de posições entre partidos e eleitores; 2) centrismo, que mede o grau de concordância entre o partido e a posição média dos eleitores; e 3) responsividade, que mede como partidos respondem os movimentos na posição ideológica média dos eleitores.

Segundo Carreirão (2014a), é possível dividir os estudos de congruência política em dois tipos: 1) por meio da comparação entre preferências/opiniões dos eleitores com as preferências dos representantes ou com as promessas dos partidos votados e 2) por meio da comparação entre preferências/opiniões dos eleitores com as políticas efetivamente aprovadas. Independentemente do tipo de congruência analisada há sempre a tendência de compreender a representação como um processo, pois deve-se avaliar a congruência como modelos dinâmicos de representação. Os estudos mostram a proximidade das preferências dos representantes e políticas implementadas e das preferências políticas dos cidadãos, ao longo do tempo (CARREIRÃO, 2014a).

Conceituar congruência depende se o foco está em um cidadão ou muitos cidadãos e um representante ou muitos representantes. É possível estabelecer três tipos de relações de congruência, assumindo uma única dimensão ideológica: 1) um cidadão e um representante (*one-to-one relationships*); 2) um cidadão e muitos representantes (*many-to-one relationships*); e 3) muitos cidadãos e muitos representantes (*many-to-many relationships*) (GOLDER E STRAMSKI, 2010).

A *one-to-one relationship* mede a congruência de acordo com a distância absoluta entre as posições ideológicas do cidadão e do representante, de modo que a congruência é alta quando a distância absoluta entre o cidadão e o representante é pequena. Essa análise é interessante para o ponto de vista individual (de cada cidadão) e é para tal objetivo que esse conceito de congruência importa, pois através da medida é possível saber até que ponto a posição de um determinado cidadão é representada. Já para o representante essa perspectiva não faz sentido, pois ele está na posição de representar muitos cidadãos, com preferências ideológicas divergentes. Dessa maneira, Golder e Stramski (2010) argumentam que esse conceito de

congruência não é muito útil para avaliar a representatividade, visto que em todos os estudos comparativos de congruência ideológica é interessante que tenhamos muitos cidadãos.

A dimensão que se refere ao *many-to-one relationships* trata da análise comparativa entre muitos cidadãos e um representante, que na realidade também pode ser a posição política de um governo e não necessariamente de um representante único. De acordo com Golder e Stramski (2010) existem diversas maneiras para se pensar o conceito de congruência "many-to-one", sendo que os autores se referem a três conceituações: (1) congruência mediana absoluta do cidadão; (2) congruência absoluta do cidadão; e (3) congruência relativa do cidadão. A conceituação mais apropriada varia de acordo com as questões específicas da pesquisa.

A análise de congruência que tem como foco verificar se os governos são congruentes com seus cidadãos (*a many-to-one relationship*) corresponde a maioria dos estudos comparados interessados em representação, por terem como objetivo verificar qual é a congruência política entre as preferências dos cidadãos e como isso geralmente desempenha um papel decisivo no processo de formulação de políticas dos governos. Entretanto, alguns estudos podem querer saber como o corpo coletivo de representantes reflete as preferências ideológicas dos cidadãos, com o propósito de verificar o quão representativo é a legislatura como um todo, o que seria a chamada "*many-to-many relationship*" que, segundo Golder e Stramski (2010), pode ser interessante quando o estudo deseja saber se "as legislaturas substantivamente representativas aumentam os níveis de legitimidade democrática e responsividade, satisfação com a democracia, participação política ou eficácia pessoal e confiança no processo político" (GOLDER e STRAMSKI, 2010, p. 95).

As preferências dos eleitores são normalmente medidas por meio de *surveys*, numa escala geral de esquerda-direita ou questões específicas. Comumente não são medidas de forma direta, mas são consideradas em concordância com a opção partidária relevada, uma vez que os eleitores de um partido assumem estarem de acordo com o manifesto do mesmo, uma estratégia que acaba polarizando os resultados para que haja mais congruência (ANDEWEG, 2011). Há o problema de que o eleitorado/constituente e o parlamento/governo/partido não são atores unitários, mas são muitos indivíduos que costumam expressar uma variedade de preferências. A solução é, muitas vezes, reduzir a variedade, comparando tendências centrais (a média ou mediana). O reducionismo final é comparar a posição do eleitor mediano com a posição do legislador mediano.

Já as preferências dos representantes são, em alguns casos, medidas por meio da análise de conteúdo dos manifestos eleitorais, assumindo o ideal de que todos os representantes de um

partido estão de acordo com todas as propostas do manifesto do partido. Para abordar o manifesto é importante considerarmos frases e palavras de políticas específicas, medindo a importância que o partido dá a cada questão e o posicionamento do partido.

Alternativamente, também é presumível empregar *expert surveys* para medir as posições políticas dos partidos políticos, um risco é que os especialistas usam seus conhecimentos sobre as preferências ideológicas dos eleitores para estimar também a posição do partido, o que pode influenciar nos resultados para que haja uma alta congruência. Uma terceira possibilidade é medir a posição do representante (ou do partido) com base na percepção dos eleitores. Também é considerável medir a posição dos representantes da mesma maneira que a dos eleitores, por meio de perguntas diretas, em um *survey*, usando escalas de esquerda/direita ou questões específicas (ANDEWEG, 2011).

Sendo assim, uma dimensão possível para as medidas consiste em calcular a distância entre a posição média (ou mediana) da posição do partido e a posição dos eleitores do partido ou a diferença entre o cidadão comum e o governo ou legislador. As duas medidas indicam que quanto maior a distância, menor a congruência entre representantes e constituintes e vice-versa. Este último método para ligações de medição pode apresentar algumas falhas e, devido a isso, têm sido propostas aproximações alternativas ao estudo de congruência.

Pierce (1999) propôs uma medida para avaliar a proporção de eleitores que votam para o partido que está mais perto das suas posições. Luna e Zeichmeister (2005) sugeriram outra maneira de medir as ligações, pois encontraram a correção entre as médias de diferentes questões políticas e, em seguida, utilizaram a análise de variância, além de criarem quatro categorias potenciais de questões que poderiam dividir (ou não) elites políticas e cidadãos.

Constatamos assim que a congruência pode ser calculada de diferentes maneiras, logo, os resultados variam de acordo com o modo em que é conceituado e medido. As abordagens do estudo desse fenômeno podem ser diferenciadas de acordo com as unidades que estão sendo analisadas, tais como indicadores, medidas e temas.

Nos termos de Moisés e Carneiro (2015), a abordagem que discute qualidade da democracia estabelece que a eficácia da representação política depende dos modos específicos que os partidos políticos estruturam sua relação com a sociedade, especialmente com os eleitores. É característico da democracia que instituições como os partidos políticos torne efetiva a soberania dos cidadãos. Sendo o objetivo da pesquisa medir a congruência ideológica entre parlamentares e eleitores, o próximo tópico desenvolverá a estruturação do nosso sistema partidário e como a literatura especializada os localiza no espectro ideológico em uma escala

de esquerda-direita, considerando que para construir uma escala de valores entre esquerda e direita no Brasil é importante retomar como se estabeleceu a estruturação no nosso sistema partidário.

A análise de congruência aqui proposta, que tem como foco verificar se os partidos políticos refletem as preferências ideológicas dos eleitores, o que seria a chamada “*many-to-many relationship*” (GOLDER e STRAMSKI, 2010, p. 95). Perpassa-se a percepção do aumento de uma desconexão da sociedade com os partidos políticos, justificada por variados fatores. O Brasil é o país com o sistema partidário mais fragmentado da história da democracia, o que não significa que possui apoio eleitoral é plural. De acordo com Carreirão (2014b), o que se constata é que o grande volume de legendas dificulta os eleitores a conhecê-las, gerando problemas de *accountability*, o que repercute na qualidade da representação.

Para além das questões institucionais, existe a abordagem culturalista no que se refere ao eleitorado, visto que estudos de opinião pública apontam que a maior parte dos eleitores dispõe de baixa sofisticação política e cognitiva, o que dificulta o estabelecimento de laços partidários. Tais percepções evidenciam a importância de verificar empiricamente se há congruência entre as demandas e preferências dos eleitores pelos posicionamentos dos parlamentares dos partidos políticos mais expressivos nacionalmente.

3. OS PARTIDOS POLÍTICOS MAIS EXPRESSIVOS: PT, PMDB E PSDB

Atualmente são três os partidos políticos que mais se destacam no nosso sistema partidário: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O predomínio do PMDB se dá por níveis subnacionais, já o PT e o PSDB são partidos que polarizam as disputas majoritárias. Para entender a razão da expressividade dos três partidos se faz necessário um resgate histórico sobre nosso sistema partidário desde a abertura política subsequente ao fim do regime militar.

O Brasil viveu um período de autoritarismo que influenciou o processo de democratização. De acordo com Kinzo (2001), o caso brasileiro se assentou sob bases de duas naturezas: as instituições políticas operadas pelo governo militar e ao modelo de desenvolvimento seguido. A situação era bastante paradoxal, visto que o regime foi considerado militar por estar sob direção das Forças Armadas, enquanto instituição, mas manteve o funcionamento de uma democracia representativa, já que o Congresso e o Judiciário continuaram existindo, embora com menos poderes. Além da existência da alternância de poder na presidência da República, eleições periódicas e partidos políticos. Kinzo (2001) nomeia esse período como um “arranjo político híbrido” por unir características de um regime militar autoritário com as de um regime democrático.

O regime militar ocorreu entre 1964 e 1985 no Brasil, substituindo o pluripartidarismo pelo bipartidarismo com o Ato Institucional 2 (AI-2), decretado em 1965, que dificultou a criação de novos partidos devido aos pré-requisitos exigidos. Exigências como a de ter um número mínimo de 120 deputados e 20 senadores significou na prática a existência de apenas dois partidos políticos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Em resposta à atuação oposicionista do MDB ao militarismo e à onda de manifestações e protestos, o período mais fechado e repressivo do regime militar brasileiro foi entre 1968 e 1974. O ponto de partida do processo de democratização no Brasil iniciou-se em 1974, com a ascensão do general Geisel à presidência da República que implementou medidas liberalizantes. As eleições livres ocorridas naquele ano demonstraram a força do MDB (como partido de oposição aos militares) e deixou clara a falta de apoio popular ao regime militar. O MDB, segundo Kinzo (2001) foi criado para a prática de um bipartidarismo “de fachada”, visto que o objetivo inicial era o estabelecimento de uma parceria com a Arena.

Criado para ser parceiro da Arena no bipartidarismo de fachada instituído pelo regime, havia se tornado um instrumento efetivo de oposição democrática, a ser utilizado não apenas na arena eleitoral, mas também no processo político mais amplo, de modo que, se a política de liberalização deveria ser mantida sob controle do governo, esta tinha que neutralizar tanto as eleições como o MDB (KINZO, 2001, p.5).

O bipartidarismo - que ora parecia viável - passou a unir forças oposicionistas e em decorrência disso o país contou com uma eleição que consagrou o MDB nas urnas em 1974, inviabilizando a base de apoio parlamentar dos projetos dos militares e reformas liberalizantes, o que resultou na “necessidade” de dissolução do bipartidarismo em 1979.

Naquele ano, ocorreu a promulgação da Lei nº 6.767 que findou o bipartidarismo e extinguiu o MDB e a ARENA, possibilitando o surgimento de outros partidos políticos aos quais muitos ainda compõem o sistema partidário atualmente. Além disso, também foram implementadas medidas que ampliaram a participação democrática como a “concessão de votos aos analfabetos, a liberalização de regras para criação de novos partidos, a revogação da cassação de partidos pelo regime militar, eleições diretas e a promulgação de uma nova Constituição” (GIMENES, 2017, *no prelo*). A própria instituição das Forças Armadas apresentava conflitos internos que enfraqueceram o regime, portanto, a liberalização de Geisel foi uma das maneiras de preservar a própria instituição.

A redemocratização brasileira foi tão peculiar quanto o regime militar, sendo um processo longo e gradual de transição. Com propósito analítico, Kinzo (2001) dividiu o período em três fases: 1) controle total dos militares (1974 a 1982); 2) domínio militar, mas com atores civis (1982 a 1985); 3) militares deixam de ter domínio sendo substituídos por civis, além da participação da sociedade civil (1985 a 1989).

O fim do MDB e da ARENA representou para o Brasil o início de um processo de pluripartidarismo que inicialmente ocorreu de forma moderada, com a criação de onze partidos. Com o retorno do governo civil, a criação e registro de novos partidos se tornou mais viável, o que resultou em 40 (quarenta) partidos registrados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1991 (FLEISCHER, 2007). Não cabe aqui abordarmos as especificidades do surgimento de cada partido político que compõe o nosso sistema atual, restringimo-nos, assim, a apontar como surgiram apenas os três mais expressivos e supracitados: PMDB, PSDB e PT.

O PMDB se compôs basicamente com as lideranças do antigo MDB, excluindo as de centro-direita que migraram em grande maioria para Partido Progressista (PP). Como foi destacado anteriormente, o MDB surgiu como resultado do AI-2 que extinguiu os partidos políticos e instaurou o bipartidarismo. O partido precisou da adesão de 120 deputados e 20

senadores para registrarem a legenda. Depois de conquistarem o registro, só conseguiram eleger o primeiro deputado em 1970: Chagas Freitas, no Rio de Janeiro. Obtiveram um grande salto com a eleição via indireta em 1985 de Tancredo Neves e José Sarney para a presidência da república e governadores em 22 estados, além de grande parte dos parlamentares federais.

Com o fim do bipartidarismo e transição do MDB para PMDB, 97% dos deputados federais que aderiram ao partido em 1980 vieram do MDB, ou seja, já eram parlamentares de destaque. O partido foi responsável pelo protagonismo da transição democrática e, desde a abertura política tem garantido o controle dos Executivos e Legislativos federal e estaduais. Tornou-se coadjuvante no cenário político, sendo um importante aliado dos governos federais e o maior partido em número de candidatos e coligações atualmente. O PMDB não apresenta grandes lideranças nacionais com potencial para disputas, concentrando-se em eleições legislativas e subnacionais, apresentando uma alta capilarização em praticamente todos os municípios brasileiros e participação em coligações e coalizões.

E apesar de ter conseguido, até o momento, se manter como maior partido do Congresso, o PMDB tem estado mergulhado em frequente crise de identidade – ser ou não ser governo, ser ou não ser progressista, menos ou mais clientelista – o que tem agravado profundamente seus problemas de dissensão interna. Foi essa indefinição que levou um grupo de 48 parlamentares da ala centro-esquerda a sair do partido e criar uma nova alternativa partidária, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (NICOLAU, 1996, p. 115).

Kinzo (1997; 2001) além de analisar o contexto da constituinte e o processo de democratização, ressalta que as dissonâncias no interior do PMDB naquele período culminaram na dissidência do PSDB como partido mais à esquerda. O PSDB surgiu em 25 de junho de 1988, elegendo 18 prefeitos e coadjuvou a primeira eleição direta para a presidência. Surgiu durante o processo constituinte (1987/88) por parlamentares descontentes do PMDB com relação aos posicionamentos do partido em votação das Assembleia Nacional Constituinte, especialmente com relação à escolha do sistema de governo – presidencialismo ou parlamentarismo – e com relação à duração do mandato do presidente José Sarney. Contava com 37 deputados na Câmara dos Deputados na sua fundação (NICOLAU, 1996).

Diferentemente do PSDB, o PT surgiu como uma novidade, não tendo nenhuma continuidade com o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas sim ligado a uma emergência de movimento sindical independente, constituindo uma oposição ao MDB. O partido surgiu estruturado em um forte componente de base popular e de proposta socialista, em seu início. Contribuíram em sua criação lideranças do novo sindicalismo do ABC paulista, setores ligados às comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, além de grupos

intelectualizados de esquerda, muitos dos quais participaram da luta armada. O PT demorou para se consolidar no cenário político partidário, pois não se formou como um partido forte eleitoralmente.

O Brasil vive hoje o maior período de democracia de sua história e conta com 35 legendas partidárias constituídas², porém desde 1994 enfrenta um padrão de disputa eleitoral polarizado entre PT e PSDB, sendo que, desde 1989, os dois partidos são os únicos que apresentaram candidatos em todos os pleitos majoritários e que concentraram ao menos dois terços dos votos válidos nas últimas seis eleições. A tabela 1 nos mostra a polarização marcada desde 1994 nas eleições presidenciais no Brasil.

Tabela 1. Resultado dos primeiros turnos de eleições presidenciais no Brasil

	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Candidatos do PSDB	54,28	53,06	23,19	41,64	32,61	33,57
Candidatos do PT	27,04	31,71	46,44	48,61	46,91	41,58
Outros candidatos	18,68	15,23	30,37	9,75	20,48	24,85

Fonte: Adaptado de Gimenes, 2017.

Em dessa razão da expressividade os três partidos foram selecionados para a análise de congruência política e ideológica. O quadro 1 nos mostra o número de parlamentares em atividade, considerando deputados e senadores federais, na 54ª legislatura que corresponde ao período de 2011 a 2014. Percebemos que os três partidos correspondem a quase 45% do total de cadeiras ocupadas, enquanto pouco mais de 56% ficam a cargo de outros 32 partidos políticos.

² BRASIL. TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: dez. 2017.

Quadro 1. Partidos selecionados

PARTIDOS	PARLAMENTARES NA 54ª LEGISLATURA (%)
PSDB	10,82
PT	15,99
PMDB	17,08
Outros partidos	56,11
Total	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

O sistema partidário brasileiro tem uma trajetória marcada pela instabilidade. Os partidos devem cumprir sua função na arena decisória, no legislativo e executivo, porém as legendas encontram-se pouco enraizadas junto ao eleitorado, demonstrando uma fragilidade no atendimento às expectativas dos eleitores com relação à representação.

Evidencia-se que o sistema partidário brasileiro possui três partidos fortes, embora apenas dois polarizem as distas majoritárias (PT e PSDB) e o terceiro se destaque nos níveis subnacionais (PMDB). Além disso, o eleitorado tem dificuldades em se identificar com a maior parte das organizações partidárias, tanto por conta do elevado número de partidos existentes quanto pelas diversas coligações e coalizões estabelecidas pelas legendas e da recorrência de apresentação de propostas semelhantes. (GIMENES, 2017, *no prelo*)

Gimenes (2017) aponta que o PMDB tem sofrido uma grande redução no número de identificados, enquanto o PSDB e PT apresentam crescimento, especialmente o último. Uma das justificativas, conforme o autor, é o fato do partido não ter consideráveis lideranças políticas que sejam capazes de mobilizar a sociedade, não tendo força eleitoral para lançar candidatura própria à presidência da República.

De acordo com Carreirão (2014b), o Brasil é o país mais fragmentado quando se trata de legendas partidárias e a tendência é se fragmentar cada vez mais, o que demonstra uma instabilidade do sistema.

A alta fragmentação dificulta as decisões dos eleitores principalmente nas eleições proporcionais no país, gerando problemas de *accountability*, com repercussões sobre a qualidade da representação (CARREIRÃO, 2014b, p. 285).

A grande quantidade de partidos não significa que o apoio eleitoral é plural. O que se constata é que o volume grande de legendas dificulta os eleitores a conhecê-las. De acordo com Carneiro e Moisés (2015), nas palavras de Gimenes (2017, *no prelo*), as legendas “encontram-se pouco enraizadas junto ao eleitorado, o que demonstra a fragilidade no atendimento das expectativas dos eleitores com relação à representação”.

O alto grau de fragmentação partidária do nosso sistema dificulta que o eleitorado se identifique com grande parte das organizações partidárias, “tanto por conta do elevado número de partidos existentes quanto pelas diversas coligações e coalizões estabelecidas pelas legendas e da recorrência de apresentação de propostas semelhantes”. (GIMENES, 2017).

Também devemos considerar como central ao debate do comportamento eleitoral de opinião pública a nível de sofisticação política dos eleitores que pode impactar diretamente na identificação partidária. De acordo com Pereira (2013), são quatro hipóteses acerca do tema

Em primeiro lugar, a sofisticação política aumenta a estruturação ideológica das opiniões dos cidadãos, no sentido de que opiniões sobre diferentes assuntos tendem a se basear em um mesmo eixo ideológico. Segundo, a sofisticação faz com que as opiniões sejam mais estáveis ao longo do tempo, o que resulta do fato de que as opiniões dos mais sofisticados são baseadas em considerações mais sólidas e consistentes. Terceiro, e diretamente conectada à hipótese anterior, a sofisticação política facilita o aprendizado de novas informações, sendo os cidadãos mais sofisticados também os que mais adquirem informações novas ao longo do tempo, especialmente nas campanhas. Por fim, os mais sofisticados são também os que com maior frequência expressam opiniões quando perguntados, uma vez que tendem a possuir opiniões formadas (PEREIRA, 2013, p. 292).

Estudos de abordagem culturalista debatem acerca do quanto variáveis subjetivas influenciam os indivíduos a enxergarem o mundo político. Os conceitos de cultura política e ideologia servem como um referencial explicativo para o comportamento eleitoral, ou seja, como os cidadãos se comportam com relação ao mundo político e como decidem o seu voto. De acordo com Borba (2005), existem três principais correntes explicativas: a perspectiva sociológica, a psicológica e a teoria da escolha racional. A perspectiva sociológica destaca as condições sociais que englobam o contexto das instituições, práticas e ideologias que envolvem o indivíduo, sendo assim preocupa-se em demonstrar como as variáveis socioeconômicas, demográficas e institucionais relacionam-se com o comportamento eleitoral.

As perspectivas psicológicas – ainda de acordo com Borba (2005) – destacam que os fatores macroestruturais não podem explicar tudo, sendo assim, é importante também identificar opiniões e percepções. O clássico Converse (1964) está inserido nessa perspectiva, considerando que os níveis de conceitualização do mundo é o que orienta a forma como os indivíduos se comportam politicamente. De acordo com Converse (1964), um cidadão pode entender a política orientados 1) a partir das ideias e atitudes políticas que compõem um sistema de crenças; 2) por meio da própria aquisição de informações políticas; e 3) pelo “conhecimento contextual” da política, que liga as informações e atitudes políticas do indivíduo.

Já as teorias de escolha racional consideram que “a decisão do voto como produto de uma ação racional individual orientada por cálculos de interesse, que levam o eleitor a se comportar em relação ao voto como um consumidor no mercado.” (BORBA, 2005, p. 156).

Além disso, devemos considerar outros fatores que dificultam o desenvolvimento dos partidos no Brasil. Gimenes (2017) destaca alguns pontos que assinalam a conjuntura do baixo grau de institucionalização das legendas partidárias, tais como o personalismo político, a desconfiança do eleitorado com relação aos partidos, alta volatilidade eleitoral e migração partidária, fragilidade de partidos (alguns são criados e logo desaparecem), multiplicidade de legendas, ineficácia das instituições políticas, clãs regionais e famílias no poder, denúncias de corrupção e proximidade de programas partidários. A complexa estrutura institucional dificultaria o fortalecimento dos partidos políticos e a alta fragmentação e o pluralismo gerariam dificuldade entre os eleitores para reconhecerem e afeiçoarem-se aos partidos políticos.

De acordo com Veiga (2011), muitos estudos demonstram baixa identificação partidária nas democracias contemporâneas. A autora investigou a evolução do partidarismo entre 2002 e 2010, utilizando dados desenvolvidos pelo ESEB aplicados em 2002, 2006 e 2010. Veiga (2011) mensurou a variação da taxa de identidade com foco nos quatro maiores partidos políticos brasileiros - PT, PMDB PSDB e DEM -, além de identificar mudanças e continuidades no perfil dos eleitores partidários com relação à escolaridade, região e ideologia.

Desde que o sistema multipartidário brasileiro se restabeleceu, os níveis de identificação partidária têm se mostrado baixos, porém após os casos de corrupção do PT o número cresceu mais. Enquanto na maior parte do tempo variava entre 52 e 59 pontos, chegou a 62% em 2005. O vínculo com partidos políticos serve como uma espécie de âncora política, pois dificulta que os eleitores sejam levados por ondas momentâneas, o que pode resultar em uma democracia mais estável (Dalton e Wattenberg, 2002; Veiga, 2011).

De acordo com Veiga (2011), os mandatos de Lula realinharam e desalinham parte desses vínculos partidários existentes até então. Uma grande fragilidade partidária foi identificada após o multipartidarismo voltou a se reestabelecer, em 1987. Após isso, foi registrado novamente tal estabilidade em 2005, período em que cresce a desvinculação partidária associada aos casos de corrupção emergidos durante o Governo Lula e relacionados maiormente ao PT, de acordo com Veiga (2011), 62% foi o patamar alcançado por eleitores sem preferência partidária.

Até 1994 o PMDB era o partido que mais apresentava eleitores com preferência partidária, entretanto desde a criação do PT esse cenário foi se alterando gradualmente. Entre

1997 e 2005 o PT alcançou 27% do eleitorado. Já o PSDB atingiu seu ápice em 1997, apresentando 7% de eleitores identificados, porém estagnou sua expansão por conta da ocupação no Governo Federal com o FHC entre 1994 e 2002 e com fortes candidatos nas eleições seguintes. O PMDB elegeu 79 deputados em 2010, o que corresponde a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, entretanto, no mesmo ano apresentou apenas 2,5% de partidários.

A autora identificou uma queda no partidarismo entre 2002 e 2006 (de 39% para 28%), atingindo o patamar mais baixo desde 1987, a justificativa se dá pelos escândalos ligados ao PT com a crise do Mensalão em 2005. Já entre 2006 e 2010 observou-se um crescimento do partidarismo, aproximando-se novamente aos números de 2002. O PT foi o partido que mais perdeu adeptos, entretanto isso não significa que outros partidos se beneficiaram, visto que não apresentaram crescimento nesse sentido. Com a retomada do crescimento do partidarismo, o PT voltou a se destacar, apresentando 24,5% dos eleitores identificados com o partido. Entre 2006 e 2010 a autora identificou um aumento de escolaridade dos eleitores entre àqueles identificados com o PT.

Kinzo (2007) considera que o destaque do PT pode ser justificado desde sua origem, lembrando que o partido surgiu a partir de movimentos sociais no início da década de 1980, marcado como sinônimo de “esquerda”, sendo oposição dos governos considerados neoliberais em evidência no século XX. A legenda partidária conseguiu se estabelecer como organização política. Entre 1994 e 2002 o PT esteve em expansão, se tornando uma legenda forte, porém em 2005 esse cenário começa a apresentar mudanças. De acordo com Veiga (2011), o declínio do PT está diretamente relacionado com os escândalos que trouxeram à tona lideranças petistas envolvidas com corrupção.

Todos esses fatores, somados às questões institucionais, podem influenciar na forma como os eleitores escolhem seus votos ou se identificam política e ideologicamente. Um dos debates em evidência na mídia e no senso comum – de modo geral – é o quanto os partidos políticos aparentam ser indiferentes ideologicamente, inviabilizando a identificação dos eleitores. De acordo com Ribeiro e Bolognesi (2017), uma série de pesquisadores debatem a crise entre eleitores e partidos políticos, inclusive em democracias consolidadas e com alto grau de institucionalização, gerando uma discussão acerca da indiferenciação de legendas em que partidos de “esquerda”, “centro” e “direita” teriam cedido suas bandeiras para um pragmatismo eleitoral. O Brasil, que vive um contexto de democracia frágil, apresenta uma perda de

identidade partidária que é frequentemente anunciada na imprensa e nos discursos de atores políticos.

No tópico seguinte abordaremos o debate acerca dos termos “esquerda” e “direita” e como os partidos políticos estudados estão classificados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS SELECIONADOS

Durante a Revolução Francesa, os termos “esquerda” e “direita” tinham um sentido diferente de hoje. O enfoque era primordialmente econômico e significava que, nas reuniões dos Estados-Gerais, em 1779, quem sentava à esquerda tinha preferência por igualdade e propriedade comum, e à direita apoiava a meritocracia e à propriedade privada. No período entre guerras do século XX os termos ficaram associados ao capitalismo e ao socialismo. Em torno dos anos 1960 o panorama ideológico passou por transformações, com o surgimento das “novas” ideologias. As aspas indicam que elas não são efetivamente novas, pois são questões que apontam origem desde o século XIX, porém a notoriedade no debate ideológico se dá em meados do século XX.

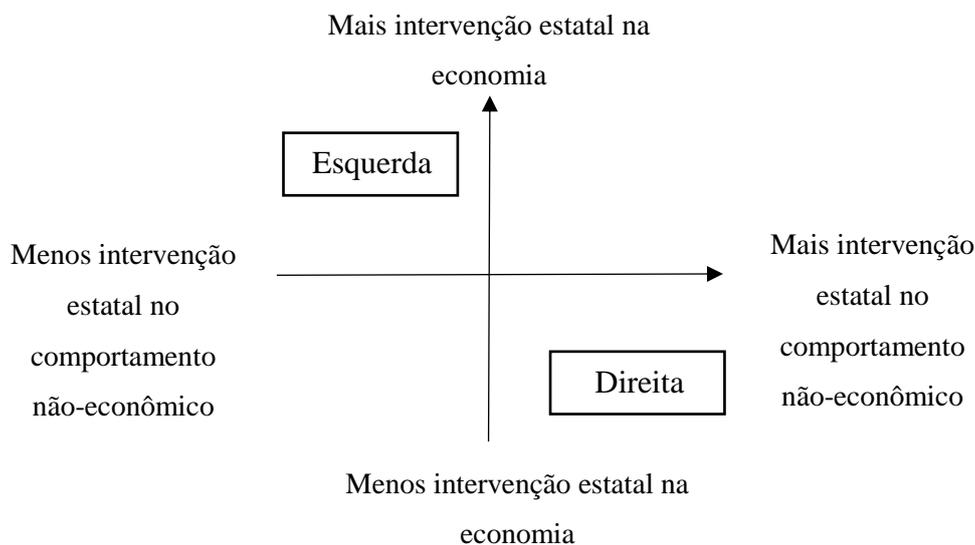
De acordo com Scheeffler (2016), existem três modos de visualizar a díade esquerda-direita: 1) com o sentido que tinha na Revolução Francesa; 2) não vendo mais sentido nas nomenclaturas ou 3) atualizando os significados dos termos, como a maioria dos autores sugerem. Sendo, portanto, termos que representam significados diferentes de quando surgiram.

Noberto Bobbio (1995) é um dos autores que defende a atualização do significado dos termos “esquerda” e “direita”. Defende que são conceitos legítimos, pois continuam sendo usados, porém é necessário examinar seus significados. A igualdade seria o que a esquerda prioriza e a liberdade o que a direita busca conservar, onde há um conflito entre as desigualdades serem de cunho social ou natural. O fim da bipolaridade capitalismo-socialismo com a Guerra Fria não resultou no fim da dicotomia esquerda-direita, visto que os princípios da esquerda – igualdade e justiça social – não acabaram com o fim da bipolaridade.

A literatura especializada de economia e ciência política destaca duas dimensões dentro de debate sobre esquerda e direita: a econômica e a de costumes. Quando se trata da questão econômica, associa-se à direita a diminuição da intervenção e regulamentação estatal e o oposto à esquerda. Em contrapartida, quando se refere aos “costumes” a intervenção do Estado é associado à direita, pois se trata de questões como a criminalização do aborto, regulação de comportamentos sociais e culturais. E ser contra o Estado regular tais comportamentos está associado à esquerda. O Figura 1 fomenta a ilustração dessas dimensões, considerando que o

núcleo do debate está entre o intervencionismo *versus* não intervencionismo estatal e à ação individual *versus* ação coletiva (ALMEIDA, 2001).

Figura 1. Dimensões de esquerda-direita



Fonte: Adaptado de Almeida (2001)

De acordo com Heywood (2010) as ideologias estão presentes na política desde o século XVIII, porém o seu conteúdo vem se transformando desde o século XX, quando as “velhas” ideologias cedem lugar para as “novas”, conforme apresentamos no quadro 2. O autor considera o feminismo, multiculturalismo, ecologismo e fundamentalismo religioso como as chamadas “novas” ideologias, que se originaram das tradicionais, como o socialismo, o nacionalismo e o liberalismo. O autor argumenta que o processo de transformação se deu por três fatores: a) pela transição das sociedades industriais às pós-industriais; b) pelo colapso do comunismo e a transformação da ordem mundial; e c) pela globalização. A premissa é que as sociedades pós-industriais superaram a luta pela subsistência material e, com isso, os indivíduos passaram a ter preocupações associadas à qualidade de vida e questões pós-materiais, como justiça política, moralidade e satisfação pessoal.

Quadro 2. Ideologias “clássicas” e “novas” ideologia

IDEOLOGIAS “CLÁSSICAS”	“NOVAS” IDEOLOGIAS
Liberalismo, conservadorismo, socialismo, nacionalismo, anarquismo e fascismo.	Feminismo, ecologismo, fundamentalismo religioso e multiculturalismo.

Fonte: Heywood (2010)

A *teoria do desenvolvimento humano* desenvolvida por Inglehart e Welzel (2005) identifica essa mudança nos valores humanos, que estaria associada ao desenvolvimento econômico que ocorreu a partir da metade do século XX nas sociedades pós-industriais. O argumento é que as mudanças na economia alteraram os sistemas de normas e valores, com foco em questões pós-materiais, como citamos anteriormente.

A teoria pondera que o desenvolvimento material possibilita a especialização do trabalho e aumenta os níveis educacionais e de renda, o que transforma a cultura e impacta diretamente em valores e comportamentos, relações de gênero, normas sexuais etc. As mudanças se dão de formas diferentes em cada nação, considerando as particularidades históricas e culturais.

O desenvolvimento econômico é acompanhado por uma mudança significativa nos valores sociais em uma direção previsível, porém esta mudança se processa por caminhos relativamente estabelecidos por tradições culturais específicas, formadas ao longo da história de cada país e região, com alto poder de permanência. (RIBEIRO, 2011, p. 69).

A mudança dos valores não depende do nível econômico objetivo dos indivíduos de uma sociedade, mas sim do sentimento subjetivo de segurança material. Além disso, existe a questão geracional, pois a teoria de Inglehart (1998) considera que apenas as gerações que apresentaram melhores condições materiais durante a juventude sentem o impacto da mudança valorativa. O fato de uma sociedade pós-industrial se tornar “pós-materialista” caracteriza que a sociedade está atribuindo valores a outras metas, como sociais, estéticas e intelectuais (RIBEIRO, 2011).

Trazendo para o debate as questões dos “novos” temas pós-materialistas dentro da polarização dos eixos ideológicos “esquerda” e “direita”, o quadro 3 nos revela como a literatura tem diferenciado os polos acerca de seus posicionamentos. Percebemos que a esquerda tende a apoiar atitudes liberalizantes enquanto a direita tende a um conservadorismo, em se tratando de questões comportamentais.

Quadro 3. Divergência em relação a “novos” temas

ESQUERDA	DIREITA
Descriminalização do aborto.	Aborto ilegal.
Liberação do uso da maconha.	Uso ilegal da maconha.
Legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	Proibição da união matrimonial de duas pessoas do mesmo sexo.
Defesa de ações afirmativas para grupos considerados desprivilegiados.	Ações afirmativas tidas como medidas discriminatórias.
Prioridade para a problemática ambiental.	O uso restrito da natureza impede o crescimento econômico.

Fonte: Adaptado de Scheffer, 2016, p.61.

Em artigo recente, Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) verificaram como os parlamentares do legislativo federal dos principais partidos brasileiros se autopoicionavam numa escala esquerda-direita – com base na Pesquisa Legislativa Brasileira (2013) – comparados com dados de dois diferentes *experts surveys*. A análise indicou que há um reconhecimento das diferenças ideológicas tanto por parte dos especialistas quanto pelos parlamentares, demonstrando que há diferenciação e reconhecimento coerente da localização no espectro ideológico.

As diferenciações atribuídas aos eixos ideológicos pela literatura embasam o debate de congruência ideológica entre os parlamentares, os partidos e os eleitores que virão posteriormente. É importante destacar como a literatura especializada tem classificado os três partidos que nos propomos a analisar.

De acordo com Tarouco e Madeira (2013), as análises sobre ideologia partidária quase invariavelmente classificam o PT na esquerda e PMDB e PSDB no centro do espectro ideológico.

Os partidos brasileiros têm sido classificados na dimensão esquerda-direita sem grandes controvérsias entre autores e analistas políticos e também sem que tenha sido travado nenhum debate mais aprofundado sobre os fundamentos desta classificação. A disposição do PT e do PDT na esquerda, PMDB e PSDB no centro, e PDS, PPR, PPB, PP, PTB e PFL/DEM na direita, que costuma ser admitida em estudos de diversas áreas, pode ser verificada nas classificações adotadas por vários autores que se dedicaram ao estudo dos partidos brasileiros (TAROUCO e MADEIRA, 2013, p.150).

Dias, Menezes e Ferreira (2012) classificam os partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita com base em uma análise de conteúdo dos projetos de Lei apresentados pelo líder de cada bancada às assembleias legislativas e à Câmara Federal, durante o período da 51ª

legislatura (2003 a 2006). A partir da coleta e classificação dos projetos, os autores distribuíram os partidos no eixo esquerda-direita, existência de valores pós-materialista e identificação do público-alvo de cada partido. A partir disso, concluíram que existe uma aglomeração dos partidos no centro da escala e nenhum partido ficou à direita. O PMDB foi localizado bem ao centro e o PSDB também ao centro, porém mais à esquerda. Já o PT ultrapassa a barreira e fica localizado à esquerda.

Telles (2016) ratifica que a direita se associa à ação individual e a esquerda à ação coletiva, considerando que os temas relacionados às ideologias giram entre a intervenção estatal na economia e no comportamento social dos indivíduos. A autora destaca que existem evidências de que a direita não se assume como tal e tende a se apresentar como liberais, para se distanciar da “velha direita” associada ao período militar. Além disso, a direita brasileira é fragmentada e disputa eleições em múltiplas legendas, porém se organizam após as eleições e formam bancadas legislativas, tal como Bancada Ruralista, Bancada da Bala, Bancada Evangélica. Um exemplo do apoio à direita no Brasil atualmente são os grupos de face pública nas redes sociais: “Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre” e “Revoltados Online” com forte manifestação de antipetismo.

No próximo capítulo apresentamos como os parlamentares se autoposicionam em uma escala do espectro ideológico, como posicionam seus partidos e como os eleitores posicionam os mesmos partidos. Em seguida comparamos a congruência entre tais posicionamentos e com relação às questões específicas relacionadas aos “novos” temas.

4. CONGRUÊNCIA POLÍTICA ENTRE PARLAMENTARES E ELEITORES DO PT, PMDB e PSDB

4.1. METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O procedimento metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa teve como base a metodologia já utilizada em estudos anteriores de congruência política. Conforme salienta Andeweg (2011), os estudos de congruência têm apresentado duas possibilidades de análise: por meio do posicionamento de representados e representantes em uma escala Esquerda-Direita (E/D) e com relação a questões específicas:

*we need to compare the policy preferences of voters with the policy preferences of representatives. Voter preferences are customarily measured in surveys, often using a general Left-Right scale or specific issue scales. (...) a type of study **measures** representatives' positions in the same way as voters' positions are measured: by asking the representatives directly, in a survey, using Left-Right and/or issue scales. Such studies, however, are relatively rare (ANDEWEG, 2011, p. 40)³*

O propósito da investigação foi englobar as duas possibilidades de análise (*issue congruence* e *ideological congruence*) e, para tanto, analisamos em um primeiro momento o posicionamento ideológico dos eleitores comparados aos dos representantes em uma escala E/D e em um segundo momento a congruência relativa a questões específicas. Procuramos reunir as duas possibilidades analíticas para obter um resultado mais abrangente sobre o debate que envolve ideologia, ao qual Andeweg (2011) ressaltou que estudos assim são relativamente raros.

Procuramos testar a hipótese de que eleitores e parlamentares dos partidos mais expressivos nacionalmente apresentam opiniões congruentes no que concerne a variáveis específicas e numa escala geral de E/D. O Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foram selecionados como partidos mais expressivos, considerando terem maior número de cadeiras e maior destaque eleitoral (ver capítulo 3) e, conseqüentemente, são os partidos políticos que ofereceram maior número de respostas nos bancos de dados que utilizamos.

³ Tradução livre: “precisamos comparar as preferências políticas dos eleitores com as preferências políticas dos representantes. As preferências dos eleitores geralmente são medidas em *surveys*, muitas vezes usando uma escala geral de Esquerda-Direita ou escalas específicas de questões. (...) um tipo de estudo mede as posições dos representantes da mesma forma que as posições dos eleitores são medidos: perguntando diretamente aos representantes, em um *survey*, usando escalas de Esquerda-Direita e/ou escalas de temas específicos. Tais estudos, no entanto, são relativamente raros (ANDEWEG, 2011, p. 40).”

As preferências e opiniões podem ser levantadas de variadas maneiras, tais como por meio da análise dos manifestos dos partidos, *surveys*⁴ com *experts*, percepção dos eleitores, pelo voto e/ou por meio de *surveys* aplicados diretamente ao grupo estudado (CARREIRÃO, 2014). A partir disso, optamos por utilizar banco de dados produzidos por instituições internacionais que foram aplicados diretamente aos parlamentares e à população brasileira.

Os posicionamentos dos parlamentares foram levantados por instrumento da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), projeto iniciado em 1990 por Timothy Power, da *University of Oxford*, que consiste na aplicação de *surveys* aos parlamentares nacionais. No Brasil já foram realizadas sete ondas da pesquisa⁵, às quais responderam 1146 diferentes parlamentares, entre senadores e deputados.

Não se trata de um estudo longitudinal que analisa a congruência política ao longo do tempo, limitando-se, assim, aos anos 2013 e 2014. Esse recorte cronológico ajusta-se ao período da 54ª legislatura (2011-2014) do Congresso Nacional. Uma das razões para nos determos a apenas esses anos é o fato de que variáveis que envolvem os novos temas (descriminalização do aborto, união civil homossexual e meio ambiente vs desenvolvimento) só foram incluídas na PLB na última edição, em 2013. Esta edição apresentou um número total de 148 respostas, correspondendo a uma amostra que abrange 23,2% da população total formada pelos parlamentares do Congresso Nacional.

Destarte, utilizamos essa amostra não-probabilística devido ao fato de não termos projetos de *surveys* desenvolvidos que atendam um marco amostral representativo da população formada pelos parlamentares, sendo, portanto, uma consequência da carência de banco de dados sobre os representantes políticos brasileiros. A amostra não-probabilística impossibilita a generalização dos resultados, porém a análise dos dados levantados pode ser útil para apontar tendências centrais e contribuir para a Ciência Política, mais especificamente para os estudos de representação política no Brasil.

Para associarmos os posicionamentos dos parlamentares aos eleitores, utilizamos a pesquisa de opinião pública empreendida pelo instituto internacional de pesquisa *Latin American Public Project* (Lapop), realizada em 2014 com uma amostra representativa da população nacional. O projeto teve 1500 respondentes, porém apenas 334 afirmaram que se

⁴ “A pesquisa com *survey* pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características, as ações ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um instrumento de pesquisa, usualmente um questionário” (FONSECA, 2002, p. 33).

⁵ Os anos de aplicação da pesquisa no Brasil foram: 1990, 1993, 1997, 2001, 2005, 2009 e 2013. O banco de dados de todas as ondas está disponível no link <<http://hdl.handle.net/1902.1/14970>> por meio do Instituto de Ciências Sociais Quantitativas da Universidade de Harvard.

identificavam com algum partido político, o que corresponde a 22,3% do total da população entrevistada. Destes respondentes que possuem alguma simpatia partidária serão analisados os eleitores que se identificam com aos partidos selecionados (PT, PSDB e PMDB), o que corresponde à 276 respostas em um universo de 334.

Os números da Tabela 2, esboçados também no Gráfico 1 para melhor visualização, comparam qual a frequência de respostas dos filiados aos partidos estudados e cidadãos que possuem alguma simpatia por um dos três. Mais de 40% dos parlamentares respondentes são filiados ao PT, PMDB ou PSDB. Ao passo que mais de 82% dos cidadãos respondentes que possuem alguma simpatia partidária identificam-se com um dos três partidos supracitados.

Tabela 2. Frequência de respostas por partidos políticos

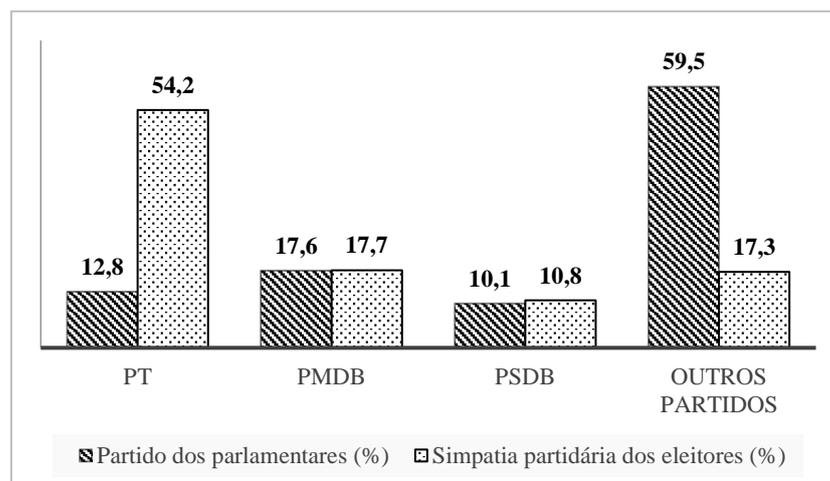
Frequência	Parlamentares filiados (%)	Número de respondentes PLB (n)	Simpatia partidária dos eleitores (%)	Número de respondentes LAPOP (n)
PT	13	19	54	181
PMDB	17	26	18	59
PSDB	10	15	11	36
Outros	60	88	17	58
Total	100	148	100	334

FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Na tabela 2, verificamos que 54% dos eleitores possuem uma simpatia pelo PT, 18% pelo PMDB e 11% pelo PSDB. Há uma discrepância entre parlamentares e eleitores do PT, o que se justifica com as pesquisas (VEIGA, 2011; KINZO, 2007, SINGER, 2009) que apontam a concentração do eleitorado identificado com o partido no Brasil.

De acordo com Veiga (2011) o PT protagonizou crescente retomada da identidade partidária entre 2006 e 2010, em que o vínculo com a legenda cresceu em 6,5 pontos percentuais. Entre 2002 e 2006 o Brasil experienciou o patamar mais baixo de partidarismo desde 1987, justificado por esquemas de corrupção que estavam sendo denunciados, conhecidos como mensalão Episódios que ocorreram no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) desalinham e alinham consideravelmente os vínculos entre partidos e eleitores. Embora o PT tenha sido a legenda que mais perdeu adeptos, ainda se destacou e atingiu 24,5% de identidade partidária.

Gráfico 1. Frequência de respostas por partido político



FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Para a identificação do auto posicionamento ideológico dos parlamentares e eleitores em uma escala esquerda-direita, os questionários apresentaram questões que indagavam os respondentes para se posicionarem em uma escala de 1 a 10, ao qual o extremo 1 estava relacionado ao ponto máximo da esquerda e ponto 10 ao máximo da direita. Os enunciados exatos das questões dos dois questionários estão expostos no quadro 4 abaixo.

Quadro 4. Questões de auto posicionamento ideológico.

BANCO DE DADOS	ENUNCIADOS
PLB (2013)	Vamos supor que nesta reta o número 1 corresponda à esquerda, o número 5 ao centro, e o número 10 à direita. Como o(a) Sr.(a) está vendo, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1, uma muito de direita, no número 10. Onde é que o(a) Sr.(a) se colocaria?
Lapop (2014)	Nesse cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa “esquerda” e o 10 significa direita”. Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais como a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido políticos que os termos “esquerda” e “direita” têm para o (a) sr./sra, onde o(a) sr./sra. se situa nesta escala?

FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

A partir do debate da literatura especializada sobre o sentido dos conceitos de “esquerda” e “direita” com relação aos “novos temas” (SCHEEFFER, 2016; 2017), selecionamos variáveis de cunho pós-materialista para identificarmos em que medida há congruência com relação a temas específicos, tais como: casamento homossexual, aborto e meio ambiente *versus* economia. O quadro 5 nos apresenta como as referidas questões estão descritas nos bancos de dados.

Quadro 5. Questões de temas específicos

TEMA	BANCO DE DADOS	ENUNCIADO
Casamento homossexual	PLB	Casais homossexuais devem ter o direito de se casar?
	Lapop	O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?
Aborto	PLB	O aborto deve ser proibido em qualquer circunstância
	Lapop	O sr.(a) acredita que se justifica a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo?
Meio ambiente <i>versus</i> Economia	PLB	Aqui estão dois argumentos que as pessoas costumam usar quando discutem questões econômicas em relação à defesa da natureza e do meio ambiente. Qual delas se aproxima mais do seu ponto de vista? 1) A defesa do meio ambiente deveria ser prioritária, mesmo se causasse atraso no desenvolvimento econômico e menos oferta de empregos; 2) Desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários mesmo que o meio ambiente sofra algum dano
	Lapop	Na sua opinião, o que deveria ter prioridade: proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico?

FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Nas próximas sessões apresentamos as médias das repostas para as questões selecionadas, seguidas dos testes de hipóteses que buscam identificar se existem diferenças significativas entre as médias de cada banco de dados. Andeweg (2011) enfatiza que embora seja um reducionismo comparar a posição do eleitor mediano com a posição do legislador mediano, muitas vezes a comparação de tendências centrais (média ou mediana) é a solução possível para a análise.

É importante reconhecermos que uma das limitações importantes da pesquisa é o fato de trabalharmos com uma amostra não-probabilística para identificação dos posicionamentos dos parlamentares. Além disso, se tratam de variáveis com escalas desconformes que inviabilizam uma análise estatística robusta, pois trabalhamos com questões que possuem enunciados de naturezas distintas. Em vista disso, não temos elementos para o estabelecimento de comparações generalistas, especialmente para a segunda e terceira questão expostas no quadro 5. Portanto, a investigação se deu por meio da análise de conteúdo e descritiva somadas ao debate teórica, portanto as inferências tratam-se de indícios de congruência e/ou

incongruência política e ideológica, a partir da observação das médias e porcentagens das respostas dos eleitores e parlamentares.

4.2 POSICIONAMENTO DOS PARLAMENTARES E ELEITORES EM UMA ESCALA ESQUERDA-DIREITA

No questionário da pesquisa legislativa brasileira (PLB) foi verificado como os parlamentares respondentes dos partidos políticos PT, PMDB e PSDB se localizam em uma escala de 1 a 10, sendo 1 “muito de esquerda” e 10 “muito de direita”, conforme apresentamos no quadro 4. Os parlamentares foram inquiridos a se posicionarem ideologicamente em uma escala E/D e a classificarem os partidos políticos nessa mesma escala. A tabela 3 a seguir apresenta como os respondentes classificam os próprios partidos aos quais são filiados.

Percebemos que as posições médias dos parlamentares do PT, PMDB e PSDB foram, respectivamente: 2,62, 4,58 e 4,10. Já as médias de como os mesmos parlamentares posicionaram seus próprios partidos foram, respectivamente: 2,94; 5,48 e 3,87.

Tabela 3. Média do posicionamento ideológico (parlamentares)

Partido Político	Número de respondentes (n)	Posição individual dos parlamentares	Como posicionam seus partidos
PT	13	2,62	2,94
PMDB	19	4,58	5,48
PSDB	10	4,10	3,87
Outros partidos	62	-	-
NA	44	-	-
Total	148	4,38	-
Desvio Padrão		1,987	-

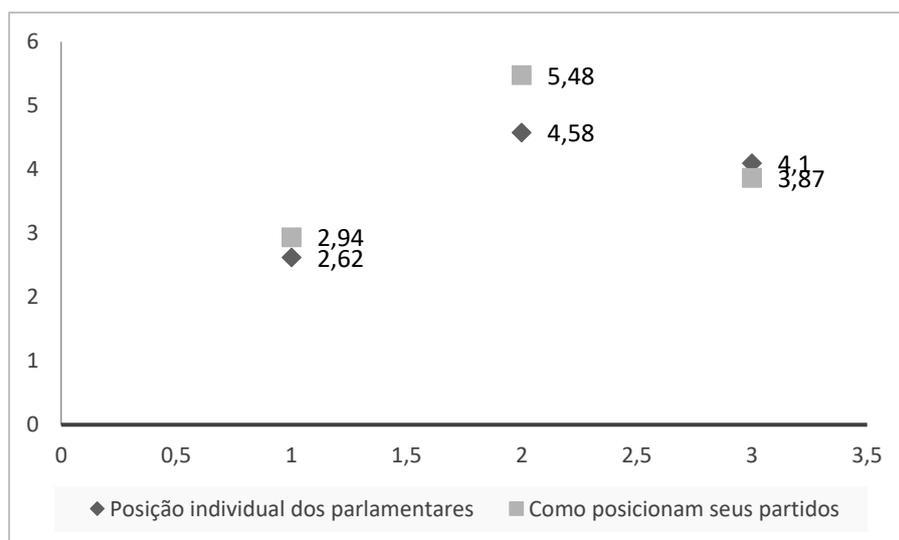
FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Agrupamos as posições nas escalas de 1 a 10 da seguinte maneira: esquerda = 1 a 3; centro 4 a 6 e direita 8 a 10. Dessa maneira, os parlamentares do **PT** classificaram-se com uma média de 2,62, mais próximos à esquerda. A média de como posicionam seus partidos também se revelou mais à esquerda, com 2,94.

Os parlamentares do **PSDB** e do **PMDB** tiveram médias próximas com relação ao autoposicionamento, com médias de 4,10 e 4,58, respectivamente, localizando-se ao centro. Ao posicionarem seus partidos, os parlamentares do PMDB obtiveram uma média ao centro, porém ligeiramente mais à direita, com 5,48. Já os parlamentares do PSDB colocaram seus partidos um pouco mais à esquerda, mas devido à proximidade com o centro podemos considerar como centro-esquerda.

O gráfico 2 a seguir esboça os dados apresentados e podemos percebermos como os parlamentares do PT e do PSDB classificam a si mesmos de forma muito próxima a como classificam os seus partidos, ao passo que o PMDB destoa levemente desta tendência, considerando de forma geral o seu partido mais voltado para a direita.

Gráfico 2. Média do posicionamento ideológico (parlamentares)



FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

A partir disso, podemos inferir que existe uma correspondência ideológica entre o posicionamento individual dos parlamentares e dos seus respectivos partidos políticos, mostrando-se coerentes com a literatura especializada, considerando que a mesma classifica o PT como um partido de esquerda e o PMDB e o PSDB como partidos de centro (DIAS, MENEZES E FERREIRA, 2012; TAROUCO E MADEIRA, 2013; RIBEIRO E BOLOGNESI, 2017).

Power e Zucco (2009) analisaram os dados da PLB entre 1990 e 2009 e identificaram que quase 90% dos parlamentares se posicionaram mais à esquerda que a reputação do seu partido. É perceptível que os parlamentares preferem não se vincular à direita, mesmo décadas depois do fim do regime militar onde a direita se relacionava com o apoio ao regime, o que explica o fenômeno denominado como “direita envergonhada”. Embora seja um fenômeno que as mudanças geracionais tendem a enfraquecer (Power, 2000) a direita ainda não se assume como direita, conforme Telles (2016) reiterou.

Segundo Pierucci (1987) o uso generalizado dos termos esquerda e direita se relaciona a uma assimetria, considerando que a esquerda não se incomoda em se aparecer como tal, ao passo que os “homens” de direita e que se assumem como tal são bem raros.

O regime militar foi quem deixou para as direitas esta herança envenenada, esta identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si. Se o nome "esquerda" remete imediatamente para os mundos da mudança e da justiça social, da generosidade e do desinteresse, da solidariedade e do igualitarismo, a palavra "direita" alude às paisagens da permanência e do arcaísmo, da conservação do passado e da recusa da mudança, do egoísmo e da injustiça, da manutenção das hierarquias e do compromisso com a desigualdade, ou pura e simplesmente lembra a repressão, a tortura, a guerra suja, a morte. (PIERUCCI, 1987, p. 36)

O centrismo do PMDB e do PSDB é uma ocorrência comum à maioria dos partidos políticos brasileiros. Escrevia *O Globo*, em 29 de março de 2016, que em um questionário enviado à direção nacional das 35 legendas partidárias havia uma pergunta sobre posicionamento ideológico, em uma escala de 1 a 5 (Esquerda, Centro-Esquerda, Centro, Centro-Direita e Direita). O PSDB foi um dos partidos que se recusou a responder o questionário integralmente, não respondendo a esta questão. Dos 27 partidos respondentes 13 (48%) se posicionaram ao Centro da escala, incluindo o PMDB. Apenas 11% se colocaram como Centro-Direita e apenas o Partido Progressista (equivalente a 4%) se posicionou como de direita. O PT colocou-se na extremidade esquerda da escala.

O levantamento feito pelo jornal assume que apenas 28 das 35 legendas partidárias questionadas têm representação no Congresso Nacional, o que impossibilita que os dados delineiem um perfil da composição da Câmara, eleita a mais conservadora da história, porém o que se percebe quando questionados é a “negação” desse conservadorismo. Posicionar como Centro é mais confortável aos partidos, pois não revela posicionamentos com relação às questões específicas relacionadas à esquerda e à direita, seja de cunho moral ou econômico

A tabela 4 e o gráfico 3 repetem o autopoicionamento dos parlamentares no espectro ideológico, porém comparado ao autopoicionamento dos eleitores, ou seja, cidadãos respondentes que se identificam com os partidos sobreditos. Incluímos “outros partidos” para calcularmos a média geral e número de respondentes, porém não nos compete o levantamento da média de tal categoria.

Tabela 4. Média do posicionamento ideológico de parlamentares e eleitores do PT, PMDB e PSDB

Partido Político	Média Parlamentares	Número de respondentes (n)	Média Eleitorado	Número de respondentes (n)
PT	2,62	13	6,09	157
PMDB	4,58	19	5,83	49
PSDB	4,10	10	6,03	31
Outros partidos	-	62	-	34
NA	-	44	-	1209
Média geral	4,38	148	5,51	1500
Desvio Padrão	1,987		2,543	

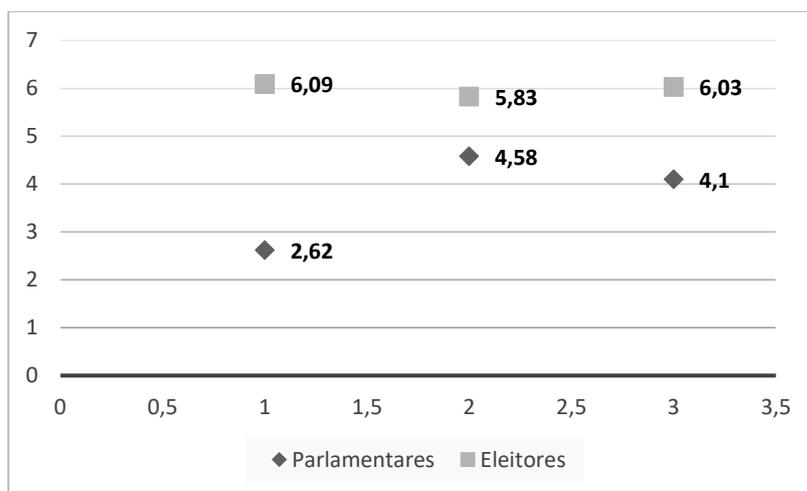
FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Percebemos que os cidadãos que se identificam com o **PT** tiveram uma média de 6,09, que na escala trabalhada indica um posicionamento de centro-esquerda. Como vimos anteriormente, os parlamentares do PT que tiveram uma média voltada para a esquerda – com 2,62 – apresentando assim uma baixa congruência política na média das respostas entre parlamentares e eleitores do PT.

Já os parlamentares do **PMDB** apresentaram uma alta congruência com seus eleitores, visto que a média de ambos estão bastante próximas, sendo 4,58 e 5,83 respectivamente, o que mostra um posicionamento mais localizado ao centro.

O **PSDB** também revelou uma congruência considerável, embora menor que o PMDB. Os parlamentares identificaram-se com uma média de 4,10 e os eleitores com 6,03. Ambos estão mais voltados para o centro, entretanto os parlamentares estão ligeiramente mais à esquerda que os cidadãos.

Gráfico 3. Autoposicionamento ideológico dos parlamentares e eleitores



FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

A gritante diferença entre a média da identificação ideológica entre os eleitores e parlamentares do PT pode ser justificada pelo fenômeno do “Lulismo”, ressaltado por Singer (2009) que há forte evidência de uma mistura de elementos de direita e esquerda que o PT trouxe, sendo assim um fenômeno consequente da combinação de ideias: a expectativa de um Estado suficientemente forte que diminua a desigualdade, sem que seja uma ameaça à ordem.

Os dados mostram que o lulismo foi expressão de uma camada social específica, e o descolamento entre eleitores de baixíssima renda e de “classe média”, que apareceu nos debates pós-eleitorais sob a forma de “questionamento do real papel dos chamados ‘formadores de opinião’¹¹, outorgou um caráter único a eleição de 2006 (SINGER, 2009, p. 86).

Singer (2009) considera que a existência de um “conservadorismo popular” marcou a distribuição das preferências ideológicas no Brasil, após redemocratização, que resultou na mescla direita com eleitores da esquerda. Sendo à esquerda uma classe difícil de se organizar, acabou não dando direções para o subproletariado e, em 2006, a esquerda era composta três vezes mais por pessoas de escolaridade superior do que por pessoas com apenas o ensino fundamental. A partir disso, o primeiro mandato de Lula causou um realinhamento do eleitorado, emergindo assim o “lulismo” que aumentou os votos à direita. “Como reflexo do realinhamento, o voto em Lula sofre uma mudança ideológica: aumenta em direção aos extremos, tanto esquerdo como direita, e cai em direção ao centro.” (SINGER, 2009, p. 101).

Existe um debate acerca do papel da ideologia no nosso sistema partidário e sua coerência (ZUCCO, JR. 2011; LUCAS E SAMUELS, 2011; MELO E CÂMARA, 2012). Carreirão (2014b) considera que a ideologia tem perdido o peso ao longo do tempo no sistema partidário, tornando-se mais incoerente. Entretanto, as diferenças de posicionamentos, opiniões e comportamentos entre os deputados federais brasileiros de diferentes partidos mostra que existe um certo grau do que Carreirão (2014b) chama de “resistência ideológica”. Com isso, ainda faz sentido dizer que a dimensão ideológica estrutura nosso sistema partidário.

Em termos substantivos (i.e, sem levar em consideração a escala ideológica), poderia-se definir arbitrariamente esquerda como o conjunto de parlamentares que com maior probabilidade de preferir uma economia com estado dominante a qualquer outro tipo de arranjo. Similarmente, o de direita seriam caracterizados por uma preferência prevista maior em relação a um modelo de mercado puro, e os de centro seriam aqueles cuja maior probabilidade de resposta residiria na categoria de um modelo de equilíbrio entre estado e mercado” (ZUCCO, 2009, p.12)

4.3 POSICIONAMENTO DOS PARLAMENTARES E ELEITORES COM RELAÇÃO A TEMAS ESPECÍFICOS

Considerando o debate sobre os “novos” temas que circundam os conceitos de ideologia, selecionamos variáveis do banco da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) que englobam algumas dessas questões que foram destacadas por Almeida (2001), Heywood (2010) e Scheffer (2016) como diferenciadoras entre os dois eixos de esquerda-direita. O objetivo é identificar se os parlamentares dos três partidos políticos brasileiros mais expressivos se posicionam congruentemente com seus eleitores e com aquilo que se espera, conforme o posicionamento ideológico dos seus respectivos partidos, considerando que o PT está localizado como um partido de esquerda e o PSDB e PMDB como partidos de centro.

Para entendermos em que medida os representantes e representados atribuem seus valores às questões pós-materiais dentro da polarização dos eixos “esquerda” e “direita”, selecionamos as seguintes variáveis com relação aos novos temas: a descriminalização do aborto, legalização da união de casais homossexuais e defesa do meio ambiente, conforme apresentamos no Quadro 5, no início do capítulo.

4.3.1 ABORTO

O tema aborto está em evidência na sociedade brasileira, com uma disputa enviesada por duas concepções principais: saúde pública e abordagem religiosa. Na perspectiva da saúde pública, os abortos realizados ilegalmente são responsáveis pela morte de milhares de mulheres, especialmente daquelas de baixa renda que se submetem ao procedimento em clínicas clandestinas precárias. De acordo com os dados do Instituto *Guttmake* (2011), mais de 70 mil mulheres morrem por ano em decorrência de abortos realizados em pelas péssimas condições e a grande maioria acontece em países onde a política de aborto é restritiva, tal como é caso do Brasil.

A vertente religiosa tem um histórico de luta contra a legalização/descriminalização do aborto por considerar crime e pecado contra a vida do feto. Atualmente – e no período em que as edições das pesquisas analisadas foram aplicadas aos parlamentares e cidadãos - o aborto é permitido⁶ no Brasil em casos que a gestante corra risco de morte, em que a gestação seja fruto

⁶ A lei sobre o aborto legal no Brasil está inserida no Código Penal Brasileiro, Lei nº 3.688 de 3 de outubro de 1941. Art.18 a 23 – Pune qualquer prática de aborto, inclusive sem o conhecimento da gestante, com exceção dos abortos realizados pelos motivos citados no Art. 128. Art. 128: Não se pune o aborto praticado por médico: Aborto necessário -entende-se por gravidez de alto risco: I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no

de estupro ou quando o feto é anencéfalo. Entretanto, intercorrem nas arenas legislativas projetos que buscam restringir ainda mais o procedimento.

A Proposta de Emenda à Constituição 181 (PEC 181) de 2015 propõe a inserção na Constituição de que o aborto seja proibido em qualquer caso, criminalizando a ação até mesmo em casos das gestações de vítimas de estupro. A PEC foi uma das mais polêmicas do ano de 2017 e promete ser uma das principais pautas da Câmara para os próximos anos. Além disso, tramita a PL 478/2007, um projeto de Lei conhecido como Estatuto do Nascituro que dá direitos ao feto desde a concepção e torna o aborto em crime hediondo. Coletivos de mulheres têm se organizado e levantado a bandeira contra a diminuição de direitos às mulheres, oriundos de projetos conservadores em tramitação no Congresso.

Considerando a importância do tema por questões ideológicas que envolvem a moral religiosa e o direito às mulheres – luta permanente do movimento feminista – optamos por analisar como os eleitores e os parlamentares brasileiros do PT, PMDB e PSDB se posicionam com relação a essa questão.

O questionário da PLB (2013) indagava aos parlamentares se o aborto deve ser proibido em qualquer circunstância, apresentando uma escala Likert de 1 a 5, ao qual 1 corresponde a “discorda plenamente” e 5 “concorda plenamente”.

A nossa hipótese é que os partidos mais à esquerda sejam menos favoráveis a proibição do aborto e os partidos menos à esquerda sejam mais favoráveis à proibição, reiterando o que vimos no capítulo anterior, que as divergências acerca do tema entre as clivagens ideológicas é que a esquerda defenda a descriminalização do aborto e a direita defenda que o aborto deve ser ilegal (SCHEEFFER, 2017).

A tabela 7 evidencia que os parlamentares respondentes do **PT** possuem posicionamento médio de 1,83, os do **PMDB** uma média de 2,8 e os do **PSDB** uma média de 2,6. A média geral (2,92) com desvio padrão de 1,736 indica que a variação sendo que o desvio padrão é um parâmetro que indica os dados variam pouco em torno da média.

caso de gravidez resultante de estupro: II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Tabela 7. Posicionamento médio dos parlamentares com relação ao aborto

Partido Político	Média Parlamentares	Número de respondentes (n)
PT	1,83	18
PMDB	2,8	24
PSDB	2,6	14
Outros partidos	2,95	88
NA	-	4
Total	2,92	148
Desvio Padrão	1,1736	-

FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

O resultado, conforme apresentado na Tabela 7, a média do posicionamento parlamentares do PT de 1,83 indica uma propensão maior a discordarem de que o aborto deve ser proibido em qualquer circunstância. O PSDB e o PMDB com médias, 2,6 e 2,8, respectivamente, mostram que há uma predisposição maior de estarem próximos a posição de “não discorda, nem concorda”.

Também apresentamos como os eleitores que se identificam com os partidos supracitados se posicionam com relação a essas questões no Lapop 2014. Os dados são apresentados como possibilidade de cotejamento, no sentido de identificar tendências semelhantes entre eleitores e parlamentares. As naturezas das questões são radicalmente distintas, tendo apenas o tema em comum e, por esse motivo, houve dificuldade para realizar comparações. Reconhecemos a limitação dessa análise, porém é possível identificarmos por meio do cotejamento de dados a tendência dos posicionamentos dos representantes e representados entrevistados.

Com relação à opinião pública, considerando os simpatizantes dos três partidos políticos foi feita a seguinte pergunta: “O sr./sra. acredita que se justifica a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto quando a saúde da mãe está em perigo?” Sendo duas opções de respostas: “Sim, se justifica” e “Não, não se justifica”.

Conforme a tabela 8 nos mostra, o resultado apontou que 67,24% dos eleitores do **PT** acham o aborto justificável quando a saúde da mãe está em perigo, 70,17% dos eleitores do **PMDB** e 68,57% dos simpatizantes ao **PSDB** tiveram essa mesma opinião. Sendo assim, a maioria dos entrevistados concordam que é justificável um aborto em caso de risco para a mãe, apontando uma opinião menos conservadora acerca do tema.

As respostas dos eleitores em geral são bastante homogêneas, mas devemos destacar que não significa que a maioria seja a favor da descriminalização do aborto, já que o que está em evidencia no enunciado são as condições de vida da gestante e não em qualquer situação, o que já é permitido por Lei.

Tabela 8. Posicionamento dos eleitores com relação ao aborto

Partido Político	N	Sim, se justifica (%)	Não, não se justifica (%)	Total (%)
PT	174	67,24	32,76	100
PMDB	57	70,17	29,82	100
PSDB	35	68,57	31,43	100
Outros partidos	55	70,91	29,09	100
Total	321	-	-	-

FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Não foi possível a realização de testes estatísticos que pudessem comparar as duas médias, visto que no caso da PLB ela é mensurada com uma escala *Likert* (1-5) e no Lapop é dicotômica (0 e 1), não sendo possível “dicotomizar” essa variável no PLB, pois não há uma linha de corte.

Com relação ao tema podemos afirmar que há uma congruência com relação a forma em que os representantes e representados dos partidos políticos PT, PMDB e PSDB se posicionam sobre o aborto. Além disso, percebemos uma coerência entre a forma como os parlamentares se posicionam acerca do tema com a expectativa relacionada à ideologia dos seus respectivos partidos políticos.

4.3.2 CASAMENTO HOMOSSEXUAL

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 equiparou a união homossexual à heterossexual, inclusive havendo possibilidades de adoção de crianças. Há movimentos sociais que visam fortalecer e legitimar os direitos aos homossexuais.

No período em que as edições das pesquisas analisadas foram aplicadas aos cidadãos e aos parlamentares, estava em evidência o tema do direito civil dos homossexuais se casarem. Em 14 de maio de 2013 entrou em vigor a Resolução n. 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que passou a habilitar a celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. Dessa maneira, nenhum cartório do país pode se recusar a realizar união homoafetivas em casamento civil. Antes da Resolução era necessário que o casal entrasse na Justiça para o reconhecimento da união

O questionário da PLB (2013) indagava aos parlamentares se casais homossexuais devem ter o direito de casar, apresentando como opções de respostas uma escala *Likert* de 1 a 5, ao qual 1 corresponde a “discorda plenamente” e 5 “concorda plenamente”.

A hipótese que temos é a de que partidos mais à esquerda concordem com a afirmação e partidos à direita discordem, fundamentando-se na teoria apresentada no capítulo anterior, em

que a esquerda tende a ser a favor da legalização da união entre pessoas do mesmo sexo e a direita seja a favor da proibição da união homossexual (SCHEEFFER, 2017).

O resultado, conforme apresentado na Tabela 9, apontou o PT com uma média de 4,8, ou seja, está mais próximo de concordar plenamente com a afirmação. Em contrapartida, os parlamentares do PMDB apresentaram uma média de 3,2, mostrando estarem mais propensos a “não concordarem, nem discordarem”. Os parlamentares do PSDB apresentaram uma média de 2,8, o que os colocam mais próximos de discordarem plenamente da afirmação que casais homossexuais devem ter o direito de se casar. A média geral (3,22) com desvio padrão de 1,157 indica que os dados variam pouco em torno da média.

Tabela 9. Posicionamento dos parlamentares sobre o casamento homossexual

Partido Político	Média Parlamentares	Número de respondentes (n)
PT	4,8	18
PMDB	3,2	25
PSDB	2,8	15
Outros partidos	-	84
Total	3,22	142
Desvio Padrão	1,1576	-

FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Com relação a esse mesmo tema, o banco de dados de opinião pública questionou os respondentes com o seguinte enunciado: “O quanto o sr/sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?” Apresentando como resposta uma escala de 1 a 10, ao qual 1 corresponde a “desaprova fortemente” e 10 corresponde a “aprova fortemente”.

Os simpatizantes ao **PT** tiveram um posicionamento média de 5,21. Os do **PMDB** uma média de 5,07, próximos ao “nem aprova, nem desaprova”, enquanto os eleitores do **PSDB** estão mais próximos da opinião de “desaprovar” casamento entre homossexuais, com uma média de 3,5.

Tabela 10. Posicionamento dos eleitores sobre o casamento homossexual

Partido Político	N	Média
PT	179	5,21
PMDB	57	5,07
PSDB	36	3,5
Outros partidos	57	4,86
Total	329	5,09

FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Embora o PSDB tenha surgido a partir das dissonâncias do interior do PMDB que o colocou como um partido mais à esquerda deste, percebemos que em tal questão o PSDB tende

a ser mais conservador e mais próximo ao que se espera da direita, ou seja, contra a união homossexual.

Entretanto, conquanto essa incoerência ideológica, podemos identificar uma sumária congruência entre os representantes e representados do partido. O mesmo se repete com relação ao PT e PMDB, em que os parlamentares mostram tendências similares aos simpatizantes dos respectivos partidos.

4.3.3 MEIO AMBIENTE

Contextualizando a temática da preocupação com o meio-ambiente e seu antagonismo com a desenvolvimento econômico, destacamos que a década de 1990 foi marcada por diversas conferências mundiais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que trataram da problemática do meio-ambiente. A evidência do tema surgiu por efeito das previsões catastróficas de escassez de recursos naturais para o futuro, visto que a exploração com objetivos econômicos supostamente não estava tomando o devido cuidado da limitação.

De acordo com Moreira e Oliveira (2012), o tema traz uma oposição de ideologias entre desenvolvimentismo e ambientalismo, refletindo em conflitos do eixo Norte/Sul (países desenvolvidos *versus* países em desenvolvimento) e em conflitos Leste/Oeste (capitalismo *versus* comunismo).

Em 1987, a ONU organizou a Comissão *Brundtland* que resultou em um relatório conhecido como “Nosso Futuro Comum”, trazendo à tona o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo o termo com bases econômicas, sociais e ambientais.

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (Relatório de Brundtland, 1987).

A partir das recomendações feitas pela Comissão *Brundtland*, o assunto passou a ser ampliado na agenda pública de forma inovadora. Diante do contexto, o governo brasileiro se viu obrigado a se posicionar entre priorizar o meio ambiente ou o desenvolvimento econômico. Duas importantes conferências internacionais sobre a temática foram realizadas no Brasil: a Eco-92 e a RIO +20.

A Eco-92, também conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra, foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Foi a partir daí que a comunidade política internacional assumiu a necessidade de conciliar o desenvolvimento

socioeconômico com a utilização de recursos da natureza. Partiram do pressuposto de que se todos almejassem o mesmo padrão de desenvolvimento que os países ricos, não nos restariam recursos naturais. Na tentativa de solucionar o impasse, ficou acordado que os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para atingirem um modelo sustentável de crescimento.

A Rio +20, realizada em 2012, foi uma Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável na cidade do Rio de Janeiro que reuniu Organizações não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais com o objetivo de obterem resultados a partir das propostas do desenvolvimento sustentável. Recebeu esse nome por marcar 20 anos da realização da Eco-92. A Rio +20 teve dois temas principais: 1) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e 2) estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Layrargues (2006) o movimento ecológico e ambientalista tem uma natureza ideológica forte. O autor destaca a evidência dada por Inglehart (1988) à questão, com o viés pós-materialista.

Inglehart (1988), que põe em evidência a base ideal do ambientalismo, atribui o nascimento do movimento ecológico a uma mudança de valores nas sociedades modernas ocidentais, que, por gozarem de boas condições de vida material, passaram a compartilhar crescentemente os valores pós-materialistas, entre eles, valores simpáticos à causa ecologista, como a proteção dos mamíferos marinhos, do mico-leão-dourado, de paisagens cênicas de rara beleza; leia-se nas entrelinhas, da natureza externa em sua expressão mais idílica. Assim, o fenômeno do ambientalismo foi inicialmente interpretado (embora existam ainda setores sociais que advogam e propagam essa ideia) como uma preocupação típica de sociedades ricas e afluentes, e seus expoentes lutam por uma ampliação da ética ecológica. (LAYRARGUES, 2006, p. 7)

O autor diz que o conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado a uma doutrina ideológica e com uma relação saudável entre humanos e natureza. De acordo com Layrargues (2006), existe uma corrente de pensamento conhecida como “ecologismo popular” em que grupos sociais se preocupam com a proteção ambiental por questão de sobrevivência e não por terem qualidade de vida e material garantido. Sendo grupos que empreendem sua luta ecológica, mas que nem sempre foram rotuladas com ambientais, “lutam por políticas ambientais de caráter distributivo, ou seja, que sejam capazes de regular o acesso justo ao uso dos serviços e produtos da natureza, promovendo a simultaneamente a justiça ambiental e a melhoria ambiental” (LAYRARGUES, 2006, p.7).

Pensando em como o Brasil se posiciona hoje acerca do tema, o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 consta que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”. Assim como no Artigo 170 da mesma Constituição consta a defesa do meio ambiente como “princípio geral da ordem econômica e financeira ao lado dos princípios da função social da propriedade, da redução das desigualdades sociais e da busca do pleno emprego”.

Juridicamente a defesa ao meio ambiente sobrepõe-se ao desenvolvimento econômico, considerando que um ambiente equilibrado é um direito à coletividade. O desenvolvimento sustentável está relacionado ao respeito social e ambiental. Considerando um antagonismo entre meio-ambiente e economia (CONDESSO, 2001), as clivagens ideológicas acerca do tema relacionam à esquerda com a prioridade para a problemática ambiental e à direita ao desenvolvimento econômico, conforme salientado por Scheefffer (2016) e exposto no capítulo anterior. Seriam, portanto, dois princípios antagônicos.

Scheefffer (2017) destaca no Congresso Nacional existe a banca ruralista, comprometida com a atividade produtiva e os ambientalistas que, em tese, devem defender a proteção ambiental. De acordo com autor, a relação entre ideologia e voto a questão ambiental demonstra claras divergências entre esquerda e direita. A questão ambiental tem relação direta com as divergências sobre o papel do Estado e seu grau de interferência no âmbito econômico e social.

Partido dessa contextualização, analisamos os posicionamentos dos parlamentares e dos eleitores dos partidos políticos PT, PMDB e PSDB. A hipótese é que quanto mais próximo à esquerda, mais devem se colocar em defesa do meio ambiente, mantendo uma coerência teórica.

Com relação ao tema, o *survey* aplicado aos parlamentares apresentava uma questão com duas alternativas, ao qual o respondente poderia escolher uma. A pergunta diz: “Qual dos dois argumentos se aproxima mais do seu ponto de vista? 1) A defesa do meio ambiente deveria ser prioritária, mesmo se causasse atraso no desenvolvimento econômico e menos ofertas de empregos. 2) Desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários mesmo que o meio ambiente sofra algum dano”. Diferencia-se das variáveis analisadas anteriormente, por não se tratar de uma escala *Likert*, porém fizemos a análise a partir da porcentagem, conforme a tabela 13 nos mostra.

A maioria dos parlamentares do PT (57,90%) se posicionaram a favor da defesa do meio ambiente, assim como a maioria dos parlamentares do PSDB (63,64%). Já os parlamentares do PMDB se mostraram mais a favor do desenvolvimento econômico e empregos (69,23%).

Tabela 11. Posicionamento médio dos parlamentares com relação ao meio ambiente

Partido Político	N	Defesa do meio ambiente mais importante (%)	Desenvolvimento econômico e empregos mais importantes (%)	Total (%)
PT	19	57,90	42,10	100
PMDB	25	30,77	69,23	100
PSDB	10	63,64	36,36	100
Outros partidos	86	26,43	33,57	100
Total	144	-	-	100

FONTE: Elaborado pela autora com base na PLB (2013) e Lapop (2014)

Com relação aos eleitores, o questionário do Lapop (2014), fez a seguinte pergunta aos entrevistados: Na sua opinião, o que deveria ter prioridade: proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico? Sendo três as opções de respostas “Proteger o meio ambiente”, “Promover o crescimento econômico” e “Ambos”. A grande maioria dos respondentes de todos os partidos disseram que proteger o meio ambiente é prioridade, para essa resposta os eleitores do PT tiveram a porcentagem 66,48%, do PMDB 71,19% e do PSDB 63,89%.

Tabela 12. Posicionamento dos eleitores com relação a meio ambiente

Partido Político	N	Meio Ambiente (%)	Crescimento Econômico (%)	Ambos (%)	Total (%)
PT	179	66,48	19,55	13,97	100
PMDB	59	71,19	16,95	11,86	100
PSDB	36	63,89	25,00	11,11	100
Outros partidos	57	64,91	19,30	15,79	100
Total	331	-	-	-	-

FONTE: Elaborado pela autora com base no Lapop (2014)

Pela natureza dos enunciados das questões serem tão divergentes, não foi possível correlacionar além de uma análise descritiva e de cotejamento que apontem tendências. Percebemos que independente de qual partido os cidadãos se identificam, a grande maioria tende a priorizar a preservação do meio-ambiente. Se somados aos que responderam que ambos são importantes,

Os parlamentares e eleitores do PT e PSDB mostraram-se congruentes ao se posicionarem majoritariamente a favor da proteção ambiental. Houve uma incongruência com

relação aos representantes e representados do PMDB, visto que os primeiros optaram em sua maioria pelo desenvolvimento econômico ser sobreposto à proteção ambiental, ao passo que os eleitores acreditam ser mais importante proteger o meio ambiente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo contribuir com o debate sobre representação política no Brasil, com a preocupação de analisar a representatividade dos partidos políticos expressivos nacionalmente (PT, PMDB e PSDB) e seus eleitores. Reconhecemos a relevância dos estudos de representação política que identificam em que medida os posicionamentos e opiniões dos cidadãos estão sendo representados.

Para tanto, apresentamos inicialmente uma revisão teórica que demarca a importância desses estudos empíricos sobre representação no Brasil e como a congruência política pode ser medida. Em seguida conceituamos o estabelecimento do nosso sistema partidário brasileiro e dos partidos políticos selecionados para a análise, expondo suas trajetórias e como estão hoje estabelecidos no espectro ideológico, considerando que a literatura especializada que nos alicerçou localiza o PT como um partido de esquerda e o PSDB e PMDB como partidos políticos de centro.

Assumindo as limitações dos dados disponíveis, a pesquisa apresentou primeiramente uma análise descritiva dos posicionamentos dos representantes e representados sobre as questões trazidas, dessa maneira foi possível evidenciarmos padrões. Os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (2013) e da *Latin American Public Opinion Project* (2014) foram apresentados no último capítulo. Em um primeiro momento mostramos como os parlamentares e seu eleitorado do PT, PMDB e PSDB se localizam no espectro ideológico, para, em seguida, descrevermos como se posicionam com relação aos temas aborto, casamento homossexual e meio ambiente *versus* economia.

Ao analisarmos como os parlamentares e os eleitores dos partidos supracitados se auto posicionam em uma escala Esquerda-Direita, observamos que houve congruência entre os respondentes do PMDB e PSDB, porém o mesmo não se repetiu com relação ao PT, visto que os eleitores se classificaram mais à direita da escala. Fato justificado pelo “Lulismo”, um fenômeno micro e macro que afeta as bases sociais dos petistas e o contexto político-econômico nacional.

A tabela 18 expõe de forma sintetizada quais questões apresentaram uma tendência maior e menor em obter congruência política entre os parlamentares e eleitores. Observamos que temos congruência política na maioria das questões (84%), sendo que a única incongruência nos temas específicos foi entre os parlamentares e eleitores do PMDB com relação ao tema meio ambiente *versus* economia. Em que, conforme apresentamos no capítulo anterior, os parlamentares posicionaram-se em sua maioria (69,23%) a favor de que é mais importante um

maior desenvolvimento econômico e empregos do que a defesa do meio ambiente. De maneira oposta, 71,19% dos eleitores do partido colocaram-se a favor da proteção ao meio ambiente.

Nos demais temas que fizeram parte do cotejamento identificamos que os posicionamentos e opiniões entre os representantes e representados inclinam-se de forma coerente, sendo assim, consideramos que houve congruência política.

Tabela 13. Congruência entre parlamentares e eleitores

PARTIDO	QUESTÕES	CONGRUÊNCIA
PT	Escala E/D	Não
	Aborto	Sim
	Casamento homossexual	Sim
	Meio ambiente	Sim
PMDB	Escala E/D	Sim
	Aborto	Sim
	Casamento homossexual	Sim
	Meio ambiente	Não
PSDB	Escala E/D	Sim
	Aborto	Sim
	Casamento homossexual	Sim
	Meio ambiente	Sim

Fonte: Elaborado pela autora

No comparativo das questões trazidas neste trabalho pudemos notar que os partidos políticos estão congruentes com relação aos seus eleitores sendo responsivos na maioria dos temas, ao menos no que tange à forma como se posicionam ao responderem os questionários, o que não significa que na prática política se colocarão da mesma maneira. Stokes (1963) salienta que durante as eleições, os representados não necessariamente se posicionam em uma escala unilinear da direita à esquerda; assim, os partidos procuram valências que agreguem os votantes (TELLES, 2016, p. 108). O mesmo pode se repetir ao se tratar de questionários aplicados diretamente aos parlamentares.

Existem possibilidades de ampliação da pesquisa que podem colaborar com os estudos sobre representação política no Brasil, inclusive incluindo outros partidos políticos menos expressivos. Também seria pertinente o desenvolvimento de estudos que comparem o grau de congruência política e ideológica entre representantes e representados do Brasil com outros

países, além da possibilidade de estudos longitudinais que comparem diferentes anos e ondas de pesquisas.

Para tanto, devemos salientar aqui a importância de um trabalho de conscientização com os parlamentares federais para que tenhamos um número maior de respondentes nas próximas edições da Pesquisa Legislativa Brasileira, que ocorre regularmente desde 1990. Assim, seria possível a edificação de amostras representativas com as elites políticas, permitindo-nos a execução de análises e inferências estatísticas mais robustas.

Os achados demonstram questionamentos que devem motivar outras pesquisas, visto que há um vasto campo de estudos que pode ser explorado e desenvolvido acerca da representação política e ideológica no Brasil e nosso trabalho teve como objetivo contribuir com o preenchimento de lacunas desse campo que é indubitavelmente relevante à Ciência Política.

6. REFERÊNCIAS

ACHEN, C. H. Measuring Representation: Perils of the correlation coefficient. *American Journal of Political Science*, vol. XXI, nº 4: 805-815. 1977.

ACHEN, C. H. Measuring Representation. *American Journal of Political Science*”, vol. XXII, nº 3: 475-510. 1978.

ALMEIDA, A. C. *Ideologia e comportamento eleitoral: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto*. Trabalho apresentado no 25º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2001

ANDEWEG, R. *Approaching perfect policy congruence: measurement, development, and relevance for political representation*. In: ROSEMA, M.; DENTERS, B.; AARTS, K. *How democracy works. Political representation and policy congruence in modern societies*. Amsterdam: Pallas Publications, 2011.

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião pública*, Campinas, Vol. 11, n. 01, p. 147-168, 2005.

CARREIRÃO, Y. *Representação política como “congruência” entre opiniões e políticas: uma revisão dos estudos empíricos na literatura internacional*. Águas de Lindóia, 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

CARREIRÃO, Y. *O debate metodológico na literatura internacional sobre representação política como “congruência política” entre representados e representantes*. Caxambu, 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014a.

CARREIRÃO, Y. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº14. Brasília, pp. 255-295, 2014b.

CONDESSO, F. R. *Direito do Ambiente*. Coimbra: Almedina. p. 72/73. 2001.

CONVERSE, P. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: APTER, D. *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, p. 206-261. 1964.

CONVERSE, P. E.; PIERCE, R. *Political Representation in France*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1986.

DAHL, R. A. *A democracia e seus críticos*. Tradução Patrícia de Freitas Ribeiro; revisão da tradução Aníbal Mari. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DIAS, M. R.; MENEZES, G. C.; FERREIRA, G.C.; Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei “ A quem serve o Graal ?” *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p.209–235, 2012.

FLEISCHER, David. Os Partidos Políticos. In: *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Organizadores: Lúcio Avelar e Antônio Octávio Cintra [2. Ed.] Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.

GLOBO. *Maioria dos partidos se posiciona como de Centro.*:Veja quem sobra no campo da Direita e da Esquerda. 2016. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/maioria-dos-partidos-se-posiciona-como-de-centro-veja-quem-sobra-no-campo-da-direita-e-da-esquerda.html>>. Acesso em: 01 dez. 201

GIMENES, É. R. Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil. In: MARTELLI, C. C. G.; JARDIM, M. C.; GIMENES, É. R. Participação política e democracia no Brasil contemporâneo. Araraquara: Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2017 (no prelo).

GUTTMACHER INSTITUT. 2011. Long-term decline in U.S. abortions has stalled; provider harassment has increased. Disponível em: www.guttmacherinstitut.org/sections/abortion.php. Acesso em: dez. 2017.

GOLDER, M.; STRAMSKI, J. Ideological Congruence and Electoral Institutions. *American Journal Of Political Science*, v. 54, n. 1, p.90-106. 2010.

HEYWOOD, A. *Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo*; trad. Janaína Marco Antonio, Mariane Janikian. – 1. Ed. São Paulo: Ática, 2010. 2v.

INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. *American Political Science Review*, 82, 4. 1988.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.

KINZO, M. D. G. O quadro partidário e a Constituinte. In: LAMOUNIER, B. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, 2001.

KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários. In: KINZO, M. D.; BRAGA, M. S. (Orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007.

LAYRARGUES, P. P. *Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social*. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.de (orgs.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, p71-103, 2006.

LOUREIRO, I. *Interpretações contemporâneas da representação*. *Revista Brasileira de Ciência Política*. nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009.

- LUNA, J. P.; ZECHMEISTER, E. Representation in Latin America: A study of Elite-Mass Congruence in 9 Countries. *Comparative Political Studies*, v. 38, n. 4, p. 388-416. 2005.
- MACIEL, A. P. B.; ALARCON, A. O.; GIMENES, E. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 8, n. 3, 2017.
- MANIN, Bernard. *Los Principios del Gobierno representativo*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. Eleições e representação. *Lua Nova*, n. 67. 2006.
- MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Revista Dados*, v. 55, n. 1, p. 71-117. 2012.
- MILLER W.; STOKES, D. *Constituency influence in Congress*. American Political Science Review, 1963.
- MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. *Sobre o enraizamento dos partidos políticos brasileiros*. *Interesse Nacional*. Janeiro/Março, 2015.
- MOREIRA, P. G.; OLIVEIRA, N. C. *O Brasil e as Três Conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente*. *História e Economia*, v. 9, p. 99-116, 2012.
- NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúli Vargas, 1996.
- OTERO-FELIPE, P. E RODRÍGUEZ-ZEPEDA, J. *Measuring representation in Latin America: A study of ideological congruence between parties and voters*. 106th Annual Meeting of the American Political Science Association. Washington DC, 2010.
- PAGE, B. E SHAPIRO, R. *Effects of public opinion on policy*. American Political Science Review, 1983.
- PEREIRA, F. B. Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas. *Opinião Pública*. V. 19, n. 2. p. 291-319. 2013.
- PIERUCCI, A. F. As bases da Nova Direita. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 19, pp. 26-45, 1987.
- PIERCE, R. *Mass-Elite Issue Linkages and the Responsible Party Model of Representation*. In Warren Miller, Roy Pierce, Jacques Thomassen, Richard Herrera, Sören Holmberg, Peter Esaiasson y Bernhard Wessels (eds.). *Policy Representation in Western Democracies*. Oxford: Oxford University Press, p. 9-32. 199.
- PITKIN, H. O conceito de representação. In CARDOSO, F. H e MARTINS, C. E. (orgs) *Política & Sociedade*. Volume 2. SP: Cia. Editora Nacional. 1967.
- POWER, T. J.; ZUCCO Jr., C. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 218-246. 2009.
- RIBEIRO, E. A. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*; prefácio Marcello Baquero. Maringá: Eduem, 2011.

- RIBEIRO, E. A., BOLOGNESI, B. *Ideologia e Representação: valores e atitudes de legisladores municipais*. 2017 (no prelo).
- SAMUELS, DJ; LUCAS, K. *A coerência ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009*. In T. Power, & C. Zucco (Eds.), *O Congresso por ele mesmo* (reprint ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.
- SARTORI, G. *Parties and party systems: a framework for analysis*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- SCHEEFFER, F. *Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita?* Programa de Pós-graduação em Sociologia Política – Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC. 2016.
- SCHEEFFER, F. Esquerda, direita e “novos” temas na Câmara dos Deputados. *Revista Eletrônica Direito e Política*. V. 12, n. 3. 2017.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 85. Novembro, 2009.
- STOKES, D. E. Spatial Models of Party Competition. *American Political Science Review*, n. 57, pp. 368-377. 1963.
- TAROUCO, G.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Revista Civitas*, Poroto Alegre, v. 15, n. 1, e24-e39, 2015.
- TAROUCO, G.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), pp.149–165. 2013
- TELLES, H. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. *Ponto e Vírgula - PUC SP - No. 19 - Primeiro Semestre de 2016 - p. 97-125*
- URBINATI, N. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, 67. 2006.
- VEIGA, L. O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, novembro, 2011.
- WEISSBERG, R. Collective vs. Dyadic Representation in Congress. *The American Political Science Review*, Vol. 72, n. 02, pp. 535-547. 1978.
- ZUCCO, C., Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In T. Power & C. Zucco, eds. *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, pp. 37–60. 2011.